



As diferentes conjunturas da Saúde Rural

Congresso de médicos de família revela variedades de cenários e traz à tona o tema da formação profissional no campo



sumário

2



especial

Por uma sociedade eticamente sustentável

6



em rede

- Profaps é foco de atenção das ETSUS do Nordeste
- Encontro da RETS reconduz EPSJV a Secretaria Executiva

10



trajetórias

De trabalhador agrícola a técnico em saúde bucal

12



capa

Saúde Rural em diversos cenários

22



escola em foco

- Nova sede fortalece atuação da escola de Blumenau
- Práticas integrativas em saúde, sinônimo de inovação educacional

28



aconteceu

Um giro pelas escolas do Acre, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Minas Gerais, Alagoas, Roraima, São Paulo e Ceará.

32



panorama

Obesidade no Brasil para de crescer em oito anos

A marca da diversidade

Saúde Rural em diversos cenários dá título à matéria de capa desta edição. Trata-se da cobertura da 12ª Conferência Mundial de Saúde Rural da Wonca (sigla em inglês de Organização Mundial de Médicos de Família), realizada em Gramado (RS), de 3 a 5 de abril. O evento evidenciou enorme diversidade na atuação dos profissionais de saúde da família e comunidade e trouxe à tona o debate acerca da importância da formação profissional para a área, a exemplo de cursos que envolvem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ofertados pelas escolas da RET-SUS.

Esta edição, em sua seção 'Especial', traz a cobertura da 65ª edição do Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), realizada no Rio de Janeiro, de 7 a 10 de outubro de 2013, sob o tema *Enfermagem e o cuidado com a vida*.

Na seção 'Em Rede', você encontrará duas importantes matérias: a primeira trata da Oficina Regional do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) do Nordeste, realizada em Maceió (AL), de 19 a 21 de novembro de 2013, evidenciando problemas comuns às escolas do Nordeste; a segunda trata da 3ª Reunião da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS), cuja Secretaria Executiva está sediada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), desde 2005. No encontro, realizado em Recife, em novembro de 2013, a EPSJV foi reconduzida a Secretaria Executiva da RETS e suas sub-redes, para o período de 2014 a 2017.

Duas escolas estão no foco desta edição: a Escola Técnica do SUS (ETSUS) em Blumenau, face à inauguração de sua nova sede, concretizando, assim, os ideais de trabalho do médico pediatra Affonso Balsini; e a Escola Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), na Bahia, pela atenção dada à Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares no SUS (PNPIC) em seus currículos formativos.

Na seção 'Aconteceu', um passeio pela ETSUS Acre, ESP Minas Gerais (MG), ETSUS Unimontes (MG), Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora (AL), EPSJV (RJ), ESP Ceará (CE), Escola de Formação em Saúde (SC) e Escola Municipal de Saúde (SP). Por fim, em 'Panorama', um levantamento anunciado pelo Ministério da Saúde, em abril, revelando que, pela primeira vez em oito anos consecutivos, o percentual de excesso de peso e de obesidade manteve-se estável no país. Boa leitura!

Conselho Editorial da RET-SUS

expediente

Ano VIII - nº 65 - maio de 2014
Revista RET-SUS
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Aldiney José Doreto (Deges/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O´Dwyer** (Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **Felix Rigoli** (Opas/OMS); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Evelyn Ana Cafure** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Laura Aparecida Chistiano Santucci** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 11.000 exemplares

Endereço

Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Manguinhos . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria Geral

Katia Machado
Reportagem e redação
Flavia Lima, Jéssica Santos e Ana Paula Evangelista
Projeto Gráfico e Diagramação
Mário Carestiatto
Capa
Mário Carestiatto
Assistente de Gestão
Fernanda Martins
Periodicidade
Mensal / Bimestral



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Evento destaca-se pela interface da enfermagem com práticas diversas de cuidado em saúde e pelas reivindicações da categoria.

Por uma sociedade eticamente sustentável

especial

Flávia Lima e Ana Paula Evangelista

As lutas e as conquistas da Enfermagem estiveram expressas na 65ª edição do Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), realizada, em outubro do ano passado, no Rio de Janeiro, sob o tema *Enfermagem e o cuidado com a vida*, resultando na Carta do Rio de Janeiro para a Enfermagem Brasileira. Organizado em três grandes eixos — Formação em enfermagem e a gestão do cuidado nas políticas sociais, Interfaces da enfermagem com práticas diversas de cuidado em saúde e Cuidado da enfermagem na construção de uma sociedade sustentável —, o CBEn reuniu mais de cinco mil profissionais da área, permitindo a discussão sobre a responsabilidade ecológica das práticas do cuidado da enfermagem e a construção de políticas voltadas para uma sociedade eticamente sustentável. O congresso destacou-se, ainda, pela tradicional Tenda Paulo Freire — espaço de encontro de militantes da Educação Popular em Saúde, reconhecido como ambiente de livre expressão, diversidade, cuidado, troca e construção compartilhada de saberes —, ao oportunizar que profissionais da Enfermagem expusessem seus talentos culturais, traduzidos em pintura, canto, dança e poesia.

A cerimônia de abertura foi marcada pelas homenagens aos trabalhadores da categoria por sua contribuição para a consolidação do SUS ao longo dos seus 25 anos. “A categoria representa mais de 60% dos trabalhadores do SUS e é bastante resolutiva”, destacou a enfermeira e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ivone Evangelista Cabral, presidente do congresso e da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) à época — ela passou o cargo para a enfermeira obstetra e doutora em Filosofia da Enfermagem, Ângela Maria Alvarez (gestão 2013-2016). “Assumir o desafio de estar à frente de uma entidade como essa não foi uma decisão fácil, porém assistir um evento de tanta grandeza é motivador”, disse a nova presidente da ABEn.

Ivone aproveitou a oportunidade para citar o fato de a presidenta da República, Dilma Rousseff, ter vetado dispositivos da Lei do Ato Médico — o projeto tramitou quase 11 anos no Congresso Nacional e preserva o atendimento multidisciplinar nos serviços públicos e privados de saúde —, e criticou a expansão de cursos de Enfermagem privados a distância. “Não é possível formar a distância profissionais que vão cuidar de pessoas”, observou. Ela chamou atenção para a necessidade de transparência e eleições diretas para o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), além de recomendar a criação de um programa, a exemplo do Mais Médicos, que leve mais enfermeiros a áreas remotas.



Categoria defende mais enfermeiros em áreas remotas, sob o apoio da mesa de abertura

Flávia Lima / RET-SUS

Representantes de entidades sindicais, como o Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro (SindEnfRJ), a Central Única dos Trabalhadores do Rio (CUT-RJ) e a ABEn Nacional, trouxeram algumas reivindicações da categoria para a mesa de abertura. De acordo com a presidente do SindEnfRJ, Mônica Armada, a luta dos enfermeiros é extensa. “Não temos a jornada de 30 horas, um piso salarial digno e condições de trabalho ideais. No Rio, temos, ainda, que lutar contra as demissões daqueles que têm duplo vínculo no serviço público, que é um direito constitucional”, enumerou. O mesmo reivindicou Pedro Vidal, diretor do Diretório Acadêmico de Enfermagem da UFRJ e da Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (Eneenf), conclamando os estudantes a apresentar propostas para categoria, uma vez que o CBen se propõe ser espaço de debate e de deliberação.

■ Cuidado na diversidade social

Na mesa redonda *Demandas de cuidados na diversidade social e cultural*, realizada na tarde do dia 8, a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro Souza, abordou as alianças entre o trabalho na Saúde e o usuário e a capacidade de interpretar a realidade brasileira. “Nós temos o desafio de atender todas as necessidades de saúde da população e fazer justiça

social”, frisou a militante, para quem a realidade brasileira é complexa e cheia de contradições. “Muitas vezes, a nossa pauta em prol do direito à saúde, à vida e aos direitos humanos parece menos importante que a terceirização e o financiamento”, criticou.

A presidente do CNS mencionou a importância do trabalho da mulher e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) na produção do cuidado à saúde. Quanto às mulheres, caracterizou, elas são submetidas a uma tripla jornada de trabalho e à violenta carga de machismo e preconceito. “São mulheres com escolaridade e nível de formação baixo, que se deslocam por quilômetros de distância, que têm que deixar seus filhos, pois não há creche nem a figura da empregada doméstica”, caracterizou. Segundo ela, a maioria das mulheres é autônoma, desafiando a sociedade a interpretar tal realidade como principal contexto de vida.

No que tange à população LGBT, Socorro citou o preconceito e as barreiras que esse grupo enfrenta no dia a dia. “Este grupo quer chegar à unidade de saúde, por exemplo, e ter seu nome reconhecido”, citou, em alusão aos travestis e transexuais que têm por prática usar nomes sociais em substituição aos nomes de registro civil. “Não ser reconhecido no espaço de saúde causa constrangimento”, orientou.

Na avaliação de Socorro, a melhoria da saúde das populações menos favorecidas implica pensar um modelo de atenção que altere os determinantes sociais da saúde e as condições sociais de vida. Nesse contexto, é preciso reconhecer as desigualdades entre homens e mulheres, brancos e negros. “Temos no Brasil mais de 10% da população analfabetos. Em geral, esse povo não tem voz”, lembrou, destacando que, apesar de a Saúde já ter rompido com algumas barreiras sociais, ainda há pautas a serem retomadas, a exemplo de mais serviços e profissionais de saúde no interior do país.

Enfermeira sanitária e professora adjunta do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará, Laura Maria Vidal Nogueira discorreu sobre o perfil da população indígena para destacar o tema das demandas de cuidados nas diversidades social e cultural. Segundo ela, com base no encaminhamento dado ao Censo Demográfico de 2012, indígena é a pessoa que se autoidentifica como tal e que é reconhecido por sua etnia. “Temos povos indígenas em todo o território brasileiro. De acordo com o levantamento de 2013, foram totalizados 896.917 índios, mas apenas 517 mil habitam terras indígenas no país”, informou, acrescentando que o restante está nas periferias dos centros urbanos e, segundo perfil social, em condições desfavoráveis. “Dos 896.917 indígenas, 379 mil, aproximadamente, estão fora das terras indígenas, em condição de exclusão social, pois têm escolaridade e renda baixas e ficam à margem da criminalidade”, caracterizou. Ela lembrou que a diversidade indígena é bastante grande. Segundo ela, são 305 etnias que falam 192 línguas identificadas.

De acordo com Laura, a Amazônia Legal é a região do país que concentra o maior número de polos indígenas – quase 50%. São as regiões Norte e Centro-Oeste que concentram o maior número de pessoas vivendo em terras indígenas. Já, no Sudeste, 84% dos indígenas estão fora de suas terras. “São esses indígenas que circulam nos serviços de saúde e são tratados por profissionais que não entendem sua diversidade”, criticou. Ela ressaltou, ainda, que quase a metade da população indígena é formada por jovens – estudo de 2013 revela que 41,1% dos indígenas são menores de 15 anos. “É uma população jovem e que demanda necessidades especiais e específicas para os serviços de saúde”, orientou.

A professora também abordou a questão da mortalidade infantil entre a população indígena. Segundo ela, em 2009, o coeficiente de mortalidade infantil neste grupo populacional foi de 41,9 por mil nascidos vivos contra 17 da população não indígena brasileira. Em sua análise, os dados de mortalidade infantil indicam demandas urgentes de saúde volta-

das a esta população, que, há 14 anos, por meio da Lei Arouca (nº 9.836, de 23 de setembro de 1999), passou a contar com os distritos sanitários especiais de saúde (Dseis). A Lei organiza a gestão da saúde indígena no Brasil e dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

■ Mundo do trabalho

Na mesa redonda *Mundo do trabalho* e enfermagem, Denise Elvira Pires de Pires, professora da Universidade Federal de Santa Catarina e conselheira da ABEn, abordou três pontos: o processo de trabalho em saúde; o cenário histórico social; e as perspectivas para o trabalhador em enfermagem. Segundo ela, é preciso discutir a enfermagem como área da Saúde e a profissão, sob a perspectiva da ciência. “A Enfermagem é, como todas da área da Saúde, profissão que tem como foco o cuidado humano essencial à vida”, observou.

Rosane Harter Griep, pesquisadora do Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (Leas), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), por sua vez, apresentou estudo que desenvolveu sobre a saúde dos enfermeiros dos grandes hospitais públicos do Rio de Janeiro. Neste trabalho, a pesquisadora, que desde os anos 2000 estuda a profissão, entrevistou 3.229 enfermeiros dos 4.830 profissionais identificados, durante dois meses. “Do total, 8,4% não foram localizados no hospital, 5,8% estavam de licença e 17,7% não estavam no local de trabalho, sobrando 3.229 enfermeiros (83%)”, descreveu. De acordo com Rosane, o objetivo do estudo foi, por meio das unidades hospitalares, pensar a profissão e a saúde dos enfermeiros, os impactos do trabalho sobre o profissional e os desafios a serem enfrentados.

O trabalho de investigação revelou que, em geral, o ambiente de trabalho nos hospitais do Rio, não é favorável, uma vez que os trabalhadores da Enfermagem estão submetidos a longas jornadas, multitempregos, estresse psicossocial e efeitos do presenteísmo e do absenteísmo. Alguns fatores chamaram mais atenção da pesquisadora, entre eles os problemas de sono que acometem os profissionais da Enfermagem e a dupla jornada de trabalho. Segundo ela, 67% dos entrevistados tinham dois ou mais trabalhos, e a insatisfação foi observada, em grande parte, tanto nos hospitais estaduais quanto municipais. “Tem gente que pensa em abandonar a profissão todos os dias”, revelou. Diante desse cenário, Rosane apontou os desafios a serem enfrentados, entre eles fomen-

tar a formação em pesquisa e analisar e discutir as implicações da organização dos horários de trabalho, tornando o serviço agradável e atrativo.

■ Práticas inovadoras em saúde

Muitos dos problemas inerentes ao mundo do trabalho dizem respeito à gestão, o que implica também pensar a importância das tecnologias nessa tarefa. Na mesa redonda *Tecnologias e práticas inovadoras em saúde*, Jorge Lorenzetti, professor adjunto do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apresentou o projeto *Praxis: tecnologia de gestão de unidades de internação hospitalares*. Fruto de seu doutorado, o projeto consiste em um software que reúne informações com vistas a melhorar o atendimento e a atenção aos cuidados de enfermagem. “É um sistema de gestão de unidades de internação, por meio do qual é possível acessar dados do hospital universitário, da UFSC e da clínica médica”, detalhou.

O trabalho encontrou justificativa na constatação de que a Saúde, desde 2006, revela-se como principal problema dos brasileiros. “As pesquisas mostram que 67% das pessoas estão insatisfeitas com o setor Saúde, seguido da Educação, Segurança e Drogas”, observou. Segundo ele, a Saúde vai

mal devido a dois macroproblemas: o subfinanciamento e a gestão.

Enfermeiro, doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará e professor da Universidade do Estado do Ceará (UEC), Raimundo Augusto Torres Martins apresentou o projeto *Tecnologia e práticas inovadoras em saúde – tecnologia de comunicação e a saúde: a Web Rádio Ajir (Associação dos Jovens de Irajá)*, cujo propósito é ampliar a convivência e as possibilidades do espaço virtual de forma pedagógica. “O projeto tem o cuidado de produzir uma pauta de comunicação voltada para o compartilhamento e a educação em saúde”, explicou.

A Web Rádio Ajir é uma rádio na internet, com programação diversificada, tratando de questões como saúde, arte, mídia, economia e cultura. “É um ambiente virtual, que desenvolvemos desde 2008. No início, era um projeto de extensão, mas passou a ser de formação e pesquisa”, revelou. De acordo com ele, a rádio foi criada para ser um projeto de extensão no sertão do Ceará, como laboratório de pesquisa da UEC, recebendo, em 2010, o Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa.

Este e outros temas pertinentes à Enfermagem estarão no cerne da próxima edição do Congresso Brasileiro de Enfermagem, entre os dias 27 e 30 de outubro de 2014, na cidade de Belém (PA). ■

Nos corredores, a oportunidade de trocar experiências e propor soluções.



Escolas buscam soluções para problemas comuns e compartilharam experiências exitosas.

Profaps é foco de atenção das ETSUS do Nordeste

em rede

Jéssica Santos

Temas como mapeamento da demanda de formação, execução física e financeira do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) e desafios da gestão administrativa e financeira das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) estiveram no cerne do debate da terceira Oficina Regional Profaps, realizada na cidade de Maceió (AL), de 19 a 21 de novembro de 2013. O evento reuniu representantes das ETSUS do Nordeste, região com o maior número de instituições integrantes da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), que, apesar das diferenças, compartilham problemas comuns. “A diversidade é muito grande e as necessidades são diferentes, mas muitos problemas são semelhantes”, ressaltou o coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Degees/Sgtes/MS) e da RET-SUS, Aldiney Doreto. Ele lembrou que o Profaps é a principal ferramenta de financiamento da educação profissional técnica de nível médio em saúde no país e de complementação da formação dos trabalhadores do SUS. “Mas, para sua efetiva execução, faz-se necessário realizar um raio-X do programa em cada região brasileira, tendo como horizonte o ano de 2014”, recomendou.

Participaram da oficina diretores e coordenadores pedagógicos das escolas nordestinas — Escola Técnica do SUS Dra. Maria Nazareth Ramos de Neiva (MA), Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Mosenhor José Luiz Barbosa Cortez (PI), Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (BA), Escola de Saúde Pública do Ceará (CE), Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia (CE), Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza (RN), Centro Formador de Recursos Humanos (PB), Escola de Saúde Pública de Pernambuco (PE), Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (AL) e Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe (SE) —, além de representantes dos conselhos estaduais de Educação e das secretarias estaduais de Saúde.

Compartilhamento de saberes

Durante os três dias de encontro, iniciado pela apresentação do material didático dos cursos técnicos em Citopatologia, Hemoterapia, Radioterapia e Vigilância em Saúde (ver as edições da Revista RET-SUS nº 62 e 63), os representantes das ETSUS discutiram sobre os avanços e os desafios relacionados às demandas de qualificação de trabalhadores de nível médio, execução física e financeira do Profaps, bem como trataram dos aspectos relacionados às gestões administrativa e pedagógica e das relações institucionais, identificando problemas comuns e compartilhando experiências exitosas em prol do fortalecimento do trabalho em rede. “A oficina foi bastante gratificante, uma vez que oportunizou integrar todas as escolas do Nordeste e dar um formato de rede, possibilitando

a troca de experiências, dificuldades, avanços e desafios”, frisou o coordenador estratégico do Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-PB), Paulo Rodrigues.

Ele destacou os problemas de falta de recursos humanos, dependência financeira, descumprimento das pactuações com os gestores e fragilidades quanto aos processos metodológicos e didáticos. “Tudo isso sobrecarrega a equipe e promove entraves para o bom andamento da execução dos cursos, sobretudo, os que estão no contexto do Profaps”, avaliou. Quanto aos avanços, citou a Portaria nº 620, da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, que, em 2009, normatizou a Política de Educação Permanente em Saúde no estado e atribuiu sua gestão ao Cefor-PB. Lembrou, também, a Resolução da Comissão Intergestora Bipartite nº 54, de 2013, que aprova a descentralização dos recursos orçamentários de Educação Permanente para os municípios.

Diretor do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza (Cefope-RN), Jorge Castro ressaltou a importância do encontro, por permitir que instituições com naturezas jurídicas diferenciadas compartilhassem suas experiências, identificando problemas e soluções comuns na execução do Profaps. “Embora tenhamos uma concepção pedagógica única, a RET-SUS é composta por escolas com diferentes naturezas jurídicas”, destacou. Segundo ele, algumas têm autonomia pedagógica, administrativa e financeira, o que facilita a execução dos projetos. “Outras não têm essa autonomia, o que dificulta bastante o processo”, observou.

Castro lembrou a Lei Estadual nº 451 do Rio Grande do Norte, em vigor desde 2010, que possibilita remunerar servidores estaduais como docentes nos cursos ofertados pela escola. “As regulamentações estaduais são soluções possíveis e servem como exemplo exitoso para as escolas que enfrentam problemas quanto à remuneração de professores”, salientou Doreto, em seguida

Apoio às escolas

A diretora de Educação Profissional da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), Ondina Canuto, discorreu sobre a aproximação das escolas com as secretarias de estado da Saúde e conselhos estaduais de Educação – com representantes no evento. “É importante que os conselhos saibam que as escolas técnicas do SUS têm uma dinâmica diferente de outras instituições privadas que ofertam cursos técnicos”, frisou, acrescentando que as ETSUS direcionam suas ações, prioritariamente, aos profissionais que são do serviço público. “É preciso compreender essa lógica e esse contexto, para que os conselhos de Educação possam apoiar as escolas da RET-SUS”, orientou.

Ao fim do encontro, Doreto anunciou a perspectiva de lançamento de uma nova portaria do Profaps em 2014. “Não tivemos portarias nos anos 2012 e 2013. Enquanto não há forma de um financiamento contínuo, temos lançado mão de portarias que são editadas ano a ano, em atenção à necessidade de formação”, concluiu. ■

Doreto: ‘Resultados apontam para uma nova portaria do Profaps em 2014.’



Reunião avalia o trabalho desenvolvido em quatro anos e contribui para o fortalecimento de uma iniciativa gestada em 1996.

Encontro da RETS reconduz EPSJV a Secretaria Executiva

em rede

Ana Paula Evangelista

A rede como espaço de produção de conhecimento sobre a educação e o trabalho dos técnicos em saúde deu título à 3ª Reunião da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS), cuja Secretaria Executiva está sediada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), desde 2005. O encontro, realizado concomitantemente à 2ª Reunião das suas sub-redes RETS-Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e RETS-CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), na cidade de Recife, entre os dias 7 e 8 de novembro de 2013, contou com a participação de cerca de 80 pessoas — a maioria, representantes dos países membros da RETS —, que alteraram e aprovaram os planos de trabalho (2014-2016) e reconduziram a EPSJV, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde (OMS) para a Educação de Técnicos em Saúde, a Secretaria Executiva das três redes, para o período de 2014 a 2017.

O encontro foi organizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), CPLP e EPSJV, precedendo o 3º Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde, realizado na cidade de Recife, de 10 a 13 de novembro. “A escola, por meio desse encontro, reforça sua missão de participar do trabalho colaborativo acerca da formação técnica em saúde”, frisou o diretor da EPSJV, Paulo César Ribeiro. Na sua avaliação, a participação da escola na RETS contribui, ainda, para o fortalecimento da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), da qual a EPSJV também faz parte. Como rede nacional de educação profissional em saúde que, hoje, abarca 40 instituições no Brasil, a RET-SUS é um dos integrantes da RETS. Se, por um lado, a RET-SUS atua nacionalmente, por outro, a RETS articula instituições e organizações envolvidas com a formação e qualificação de pessoal técnico da área da saúde no âmbito internacional.

Reavaliação

A 3ª Reunião da RETS representou a oportunidade de reavaliar o trabalho desenvolvido nos quatro anos anteriores e de fortalecimento da iniciativa, gestada em 1996, a partir de duas reuniões promovidas pelo Programa de Recursos Humanos da Opas, no México e em Cuba, sobre processos de cooperação técnica e intercâmbio de informações e estudos que fortalecessem a área de formação técnica em saúde na região das Américas.

A 3ª Reunião da RETS foi iniciada com a palestra *Saúde na agenda do desenvolvimento Pós-2015: o papel do trabalhador técnico em saúde e das redes estruturantes*, em atenção ao 3º Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde, que aconteceria logo em seguida, sob o tema *Fundação para a cobertura universal de saúde e sua agenda do desenvolvimento pós-2015*. O ex-presidente e coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz (Cris/Fiocruz), pediatra e sanitarista Paulo Buss, discorreu sobre o panorama social no mundo. “É preocupante que haja cerca de 925 milhões de pessoas com fome crônica, 885 milhões sem acesso água potável e 2,6 bilhões sem acesso a saneamento básico”, enumerou, citando dados do relatório sobre a crise global



Buss (ao centro) e representantes da RETS observam necessidade de uma agenda de desenvolvimento global.

Maycon Gomes Barbosa | RETS

e a situação social de 2011, divulgado pelas Nações Unidas. Segundo ele, surge uma tripla carga de doenças e formas de vida insalubres provocadas por interesses comerciais.

Para Buss, a manutenção de sistemas saudáveis de saúde implica transformações nas políticas econômicas e sociais e uma sociedade civil politicamente organizada. “Sistemas saudáveis trabalham com a promoção da saúde, a prevenção das doenças e, por fim, quando não se consegue promover a saúde ou prevenir as enfermidades, com o tratamento da doença já instaurada”, caracterizou. Desse contexto, fazem parte as alianças com os movimentos sociais. “É importante ampliar a consciência popular sobre os direitos sociais fundamentais. Alguns chamam isso de empoderamento”, disse, apesar de fazer crítica à palavra, por entender que “empoderar” remeta à ideia de dar poder ao outro. “Temos que definir um conceito de educação para liberdade, baseado no educador Paulo Freire (1921-1997), que implique autonomia e capacidade de as pessoas tomarem decisão”, orientou, lembrando, ainda, que os movimentos sociais já estão se articulando e defendendo pautas em comum, como uma agenda de desenvolvimento global.

Quanto ao papel das Escolas Técnicas de Saúde (ETS) diante desse cenário global, Buss concluiu que as escolas devem gerar evidências que possam ser traduzidas em políticas, formar recursos humanos capazes de intervir técnica e politicamente no processo, defender sistemas de saúde universais, equitativos, integrais e de qualidade, fazer o monitoramento político-técnico, assim como realizar trabalhos em redes nacionais, regionais e globais para ampliar suas capacidades política e técnica. “Isto deve ser iniciado pelas ETS em seus países e por meio da cooperação Sul-Sul, aproximando os países e institutos da CPLP, da Unasul e aliados”, recomendou.

■ Espaço de debate

O encontro tratou, ainda, do plano de trabalho da RETS e suas sub-redes. Algumas propostas mereceram destaques, entre elas a continuidade da fomentação de estudos que resultem em novos conhecimentos sobre características quantitativas e qualitativas da formação dos trabalhadores técnicos em saúde, certificação, regulamentação do exercício profissional, inserção no processo de trabalho e no mercado, assim como condições e características da sua circulação em âmbito nacional, regional e global. O plano aprovado previu também a ampliação dos espaços de debate, utilizando os recursos de comunicação e organização já disponíveis na RETS e em suas sub-redes.

O encontro encerrou com a aprovação do Documento de Recife sobre a Formação e o Trabalho dos Técnicos em Saúde (www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/Documento-de-Recife.pdf), distribuído no 3º Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde. O objetivo da carta foi dar visibilidade e fomentar a reflexão e os debates acerca da educação e do trabalho dos técnicos em saúde e seu papel na organização e no funcionamento de sistemas de saúde capazes de atender plenamente as necessidades da população.

Vale citar que a RETS foi criada formalmente em 1997 como forma de potencializar as ações desenvolvidas entre os atores comprometidos com a área em 21 países do continente americano, tendo a Escola de Saúde Pública da Costa Rica como sede da Secretaria Executiva. Hoje, a Rede abrange instituições nas Américas e no Caribe, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e Portugal, diferentemente dos primeiros cinco anos de trabalho, quando abarcava apenas os países latino-americanos. Em 2005, quando a Secretaria Executiva foi transferida para a EPSJV, a expansão da RETS tornou-se um dos principais desafios, incluindo, em seguida, todas as nações da CPLP. ■

Filho de trabalhadores rurais não alfabetizados, Rodrigues segue o caminho da educação como técnico em saúde bucal pela EFTS.

De trabalhador agrícola a técnico em saúde bucal

trajetórias

Flávia Lima

Caçula entre seis irmãos de uma família de trabalhadores rurais, marcada pela seca e tantas outras adversidades sociais, Raimundo dos Santos Rodrigues, 27 anos, trocou o trabalho de colhedor de tomates pelos livros, estimulado pelo sonho de conquistar novas oportunidades e dar um novo rumo à vida. Ele não sabia ao certo aonde chegaria, mas sabia que trilharia o caminho da educação, decidindo fazer o curso Técnico em Saúde Bucal, em uma unidade descentralizada da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), no município de Andaraí (BA), no ano de 2011. “No início do curso, ainda desempregado, surgiu a oportunidade de atuar como auxiliar de odontologia na Unidade de Saúde da Família do distrito de Mocambo, zona rural do município. Acabei me descobrindo e me realizando nessa profissão”, revelou.

Durante dois anos, Rodrigues dedicou-se à formação técnica e, durante o curso, para chegar à unidade de ensino, a 20 quilômetros de Mocambo, enfrentou algumas dificuldades, sem desistir, porém, do seu propósito. Fece à precariedade do transporte escolar, ele pegava carona em caminhão *pau de arara* – bastante usado em áreas rurais para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais. “O transporte na área rural é muito precário. Já peguei carona até de carro caçamba para chegar ao curso”, contou, referindo-se aos veículos que fazem transporte de terra, pedra, areia etc.

Conquistar o diploma de técnico em Saúde Bucal, recebido em 2013, exigiu enfrentar tantos outros desafios desde o seu nascimento, em 21 de dezembro de 1985. “O primeiro desafio foi vencer a mortalidade infantil, tão comum na Região Nordeste. Em segundo, concluir o ensino fundamental, época em que percorria seis quilômetros por dia para chegar à escola básica. Por fim, a falta de energia elétrica para fazer as atividades em casa”, recordou o período em que morou na zona rural de Itaeté (BA), onde nasceu, ainda menino franzino, de poucas palavras. “Com a formação, tudo mudou”, disse, referindo-se ao conhecimento e à autoestima conquistados.

Exemplo exitoso

O filho de Jurandi Rodrigues dos Santos e Josefa Madalena dos Santos, que, apesar de não alfabetizados, sempre estimularam os filhos ao estudo, mudou-se, em 1998, com os pais, para Mocambo, que na época era área de reforma agrária. “Somos uma família humilde, marcada por adversidades. Meus pais não foram alfabetizados, trabalharam com muita luta na lavoura, para dar tudo de melhor aos filhos. Mas, a melhor herança que eles nos deixaram foi a educação”, garantiu, revelando, porém, que seus irmãos não seguiram a mesma trajetória de estudo. Segundo Rodrigues, por este motivo, ele tornou-se

referência de sucesso para a família, que se diz orgulhosa por ter um filho com formação técnica. “Ouço isso dos meus pais todos os dias”, afirmou.

Ele recorda que, quando decidiu fazer o Técnico em Saúde Bucal, já como trabalhador da Unidade de Saúde da Família de Mocambo, foi preciso inicialmente ingressar como ouvinte, para depois matricular-se como aluno. Isso porque, na época, a unidade de saúde na qual trabalha não havia sido contemplada com vagas do curso, mas apenas a cidade próxima de Andaraí. “Pedi aos professores para assistir as aulas, como ouvinte. Quando a direção da EFTS tomou conhecimento, consegui a vaga e me matriculei”, recordou.

Atualmente, Rodrigues atua em uma unidade de Saúde da Família, localizada em uma área de reforma agrária do Mocambo, onde exerce a função de auxiliar, e é elogiado também por professores e profissionais de saúde. “Com o desenrolar do curso e por meio da aplicação da metodologia da problematização e suas diversas ferramentas, dentre elas as chuvas de ideias, as rodas de conversas, os trabalhos nas comunidades, os estudos, as leituras e as discussões de textos, fomos lapidando e revelando o brilho e o valor de um educando que estava ofuscado pelo barro e pelo pó da estrada”, ressaltou a enfermeira Elânia Moraes, coordenadora da EFTS em Itaberaba (BA).

Em sua avaliação, a história de Rodrigues é para ser tomada como exemplo a ser seguido. “Ele é uma preciosidade, modelo para muitos jovens do nosso Brasil,

mostrando que, mesmo com as adversidades, podemos transformar cada pedra no caminho mola propulsora para avançar na vida”, observou. Elânia reconhece em Rodrigues um indivíduo ativo, comprometido com as questões sociais e atento aos usuários do SUS, além de promotor da interação com a comunidade onde atua e idealizador de práticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e saúde do seu povo. “A escola segue, dessa forma, como o propósito de ressignificar a prática dos trabalhadores do SUS na medida em que oportuniza uma formação profissional com qualidade e comprometida com a saúde pública do nosso país”, frisou.

Coordenador de Saúde Bucal da Unidade de Saúde da Família de Mocambo, o cirurgião-dentista Aurino dos Santos Araújo Júnior fez elogios ao egresso da EFTS. “Ele mostrou superação, vontade e dedicação. Muitos teriam desistido diante de metade das dificuldades que ele enfrentou”, observou, lembrando que Rodrigues aprendeu o ofício de auxiliar em saúde bucal muito rápido e sempre atuou de forma ética e correta, respeitando os preceitos de biossegurança.

Aurino recorda que o trabalho de conclusão de curso de Rodrigues foi bastante elogiado por todos os profissionais envolvidos, devido à riqueza de conteúdo e à metodologia aplicada. “Ele é orgulho para Mocambo e exemplo vivo de que a educação transforma o homem e que a força de vontade é fundamental para quem deseja realizar sonhos”, finalizou. ■



Evento evidencia diversidade regional, estimula a produção de conhecimento e traz à tona o debate acerca da formação profissional na área.

Saúde Rural em diversos cenários

capa

Ana Paula Evangelista e Flávia Lima

A diversidade da saúde rural no mundo e a importância de formação e recrutamento de profissionais voltados ao cuidado de populações que estão situadas em áreas de difícil acesso estiveram no centro do debate da 12ª Conferência Mundial de Saúde Rural da Wonca (sigla em inglês de Organização Mundial de Médicos de Família), realizada, pela primeira vez no Brasil, em Gramado (RS), de 3 a 5 de abril, concomitantemente ao 4º Congresso Sul-Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade. O evento reuniu cerca de 700 pessoas — entre gestores e representantes das decisões políticas no campo da Saúde Rural — e 26 convidados de 20 países, buscando não somente refletir as diferentes práticas rurais em saúde no mundo como também apontar saídas para o avanço deste campo do conhecimento em países emergentes como o Brasil. “Nesse espaço de convívio, foi possível apontar recomendações e conclusões para o avanço dos serviços de saúde com qualidade nas áreas rurais”, avaliou o presidente do congresso e coordenador do Grupo de Trabalho de Medicina Rural da Sociedade Brasileira de Família e Comunidade (SBMFC), Leonardo Vieira Targa. “É emocionante estar aqui e participar dessa conferência no Brasil e com a participação de países da América do Sul. O Brasil é um grande exemplo de um país que leva a Saúde a sério”, destacou, na cerimônia de abertura, o então presidente da Wonca, Michael Kidd — no encerramento, ele passou o cargo para a médica inglesa Amanda Howe, professora de Atenção Primária à Saúde, da Escola de Medicina de Norwich, no Reino Unido.

O tema do evento — *Saúde Rural: uma necessidade emergente* — encontrou justificativa no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta que a população rural brasileira corresponde a 15% da totalidade do país. Segundo o IBGE, em 2000, essa população correspondia a 19%, enquanto que, em 1980, 32% da população brasileira vivia em meio rural. Segundo o levantamento, a população indígena voltou a ser maioria na zona rural: desde 1991, o Brasil ganhou 523.832 indígenas. O maior crescimento demográfico desse grupo ocorreu entre 1991 e 2000, quando 439.996 índios foram incorporados aos cálculos do IBGE. Já, entre 2000 e 2010, o número de indígenas cresceu de 734.127 para 817.963. “O campo da Saúde Rural no Brasil está bastante defasado em relação a muitos países. Há poucos profissionais para atender a diversidade brasileira e faltam políticas públicas”, observou Targa.

Estratégias conjuntas

A conferência foi organizada em workshops, oficinas e rodas de conversa sobre experiências e pesquisas na área, mesas-redondas sobre políticas de saúde e de formação de recursos humanos em Saúde Rural e visitas a servi-



Na abertura, propostas que refletem expectativas e demandas dos profissionais da Saúde Rural

ços de saúde local, a partir de sugestões encaminhadas pelos próprios congressistas. Segundo Targa, o evento destacou-se pelo debate acerca do recrutamento e retenção de profissionais em áreas rurais, focalizando o processo de formação voltado para a realidade rural e o uso de ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento da Saúde Rural. "A programação atendeu a todos os públicos, entre estudantes e residentes e gestores da política pública", informou, citando como exemplo o debate em torno da comunicação com o paciente que tem dor crônica, que traz à tona a importância de qualificar o profissional na condução e gestão dessas situações. "Foi possível, ainda, tratar do tema do uso de ferramentas e da tecnologia a favor da saúde rural, como o Telessaúde", citou, em referência ao programa brasileiro, lançado em 2007, com vistas a melhorar a qualidade do atendimento e da atenção básica no SUS, integrando ensino e serviço por meio de ferramentas de tecnologias da informação, que oferecem condições para promover a teleassistência e a teleeducação.

Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Gillete Cardoso Coelho Neto falou sobre a importância do trabalho dos médicos de família no desenvolvimento da Saúde Rural. "Apesar das dificuldades com infraestrutura, é maravilhoso o trabalho que realizamos para o desenvolvimento do SUS", reconheceu. "Compartilhamos de um grande sonho, que é universa-

lizar a atenção básica, fazendo dela, de fato, ordenador do cuidado no SUS", acrescentou.

O mesmo avaliou Targa, para quem o médico de família e comunidade é preparado para acompanhar os pacientes em seu contexto familiar e social, diagnosticando e tratando os problemas mais frequentes e, principalmente, prevenindo doenças e promovendo a saúde das populações — no Brasil, tais ações se dão por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), referência de atenção à saúde para muitos países, apesar de alguns problemas ainda observados. "O acesso das populações rurais aos serviços básicos de saúde é um desafio em várias partes do mundo, inclusive no Brasil", frisou o presidente da conferência. Para ele, o problema é agravado, principalmente, pela falta de profissionais qualificados, alta rotatividade profissional e infraestrutura deficiente.

Em sua avaliação, o avanço da saúde rural no mundo, e especialmente no Brasil, depende de uma série de estratégias conjuntas, como, por exemplo, a formação de profissionais voltada para as áreas rurais. "As recentes políticas de saúde relativas ao recrutamento de profissionais de saúde e ao aproveitamento de recém-formados, para atuarem em áreas rurais brasileiras, são bastante eficientes, mas devem ser encaradas como ações emergenciais e complementares", orientou, fazendo alusão ao programa brasileiro Mais Médicos, que já levou milhares

de médicos, inclusive estrangeiros, para municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). "O profissional com a especialização de médico de família e comunidade é capaz de solucionar 95% dos problemas de saúde de qualquer comunidade rural", resumiu.

América do Sul Rural

A oficina *América do Sul Rural*, realizada na manhã do primeiro dia de evento (3/4), composta por representantes do Brasil, Uruguai e Colômbia, abordou os problemas e as singularidades desses países frente às políticas de saúde voltadas para a população rural. Dora Patrícia Bernal Ocampo, médica de família e vice-presidente da Sociedade Colombiana de Medicina Familiar, informou que 120 milhões de colombianos vivem no campo e a maioria está excluída das políticas de saúde. "Maior parte dessa população, formada por indígenas e mulheres, é de baixa renda e não recebe assistência de programas governamentais", caracterizou, informando que a Colômbia precisa inspirar-se no Brasil para mudar

esse quadro, uma vez que nosso país, em sua observação, apresenta o maior índice de cobertura da medicina rural da América do Sul.

A coordenadora da Unidade Docente Assistencial Santoral Rural (UDA), do Uruguai, Marcela Cuadrado, por sua vez, apresentou o projeto EcoHealth 2013: agricultura sustentável e saúde. Voltado especialmente aos alunos de medicina, o projeto tem como objetivo promover abordagens para a saúde do ecossistema, enfatizando as interações entre as dimensões ecológicas e socioeconômicas de uma determinada situação e sua influência na saúde humana. Temas como exposição de trabalhadores rurais a agrotóxicos fazem parte da iniciativa, que envolve, também, o Departamento de Medicina Preventiva e Social e a Unidade de Extensão da Faculdade de Medicina, o Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, o Departamento de Toxicologia da Faculdade de Química e o Projeto Resgate e Reavaliação Criollas Sementes e Soberania Alimentar da Rede Amigos da Terra do Uruguai. Além de aulas teóricas, o projeto inclui trabalho de campo e avaliação continuada dos alunos a partir da partici-



Nilson Ando

No Amazonas, população ribeirinha é atendida por equipe multiprofissional na ambulância Catuiara.

pação, interesse, cooperação e atitude. “É uma experiência inovadora que permite a participação direta e consciente do estudante, a partir da investigação, e a detecção precoce de vocações e capacidades de pesquisa”, revelou.

O projeto, segundo Marcela, encontrou justificativa nas mudanças pelas quais a população rural do Uruguai passa. Segundo artigo da UDA, publicado na Revista Salud Pública, em abril de 2014, o país tem uma população de 3.286.314 habitantes e, desse total, 175 mil vivem em áreas rurais e enfrentam grandes mudanças no ambiente, incluindo a adoção em larga escala do modelo agroexportador, a unificação de grandes extensões produtivas de propriedade de investidores estrangeiros, o uso massivo de pesticidas e fertilizantes, a monocultura e a perda da biodiversidade. “Em 1970, 93,2 % dos agricultores eram familiares, enquanto os grandes produtores correspondiam a 6,8% desse grupo. No entanto, em 2010, os produtores familiares recuaram para 37% e os grandes produtores evoluíram para 17,4%”, revelou a pesquisadora com base no artigo, informando, ainda, que há uma grande migração dos jovens das áreas rurais para a cidade, afetando assim a qualidade de vida das famílias.

Ao diretor de Medicina Rural da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), Nilson Massakazu Ando, coube falar sobre a importância dos agentes comunitários de saúde e técnicos em enfermagem na promoção da saúde em regiões geograficamente isoladas do Amazonas. “Precisamos rever e ampliar os limites de atuação desses profissionais em regiões de difícil acesso, como no estado do Amazonas”, recomendou, fazendo alusão aos procedimentos que são exclusivos dos médicos. “Um exemplo clássico disso é a realização do preventivo. Em alguns locais, a equipe de Saúde da Família defende que ele só pode ser feito por um ginecologista, uma vez que a Lei do Ato Médico (nº 12.842, de 10 de julho de 2013) define certas atividades como exclusivas de um médico. Porém, nós defendemos que o profissional de enfermagem possa fazer essa coleta, principalmente quando se trata da população rural, de lugares onde a presença do especialista é rara”, orientou.

Ando fez menção, também, à necessidade de melhorias quanto à formação e à informatização do sistema de saúde rural no Brasil. “Não temos uma formação nas universidades e nos cursos técnicos voltada para as questões rurais. Formamos apenas profissionais para trabalhar em áreas urbanas”, observou. Quanto à informatização dos sistemas, ele citou o e-SUS como uma das principais estratégias do Ministério da Saúde com vistas a permitir um re-

gistro individualizado por meio do Cartão Nacional de Saúde. “O e-SUS faz referência a um SUS eletrônico, que tem como objetivo facilitar e contribuir com a organização do trabalho dos profissionais de saúde”, explicou. A estratégia inclui também o e-SUS Atenção Básica, cujo objetivo é avaliar e acompanhar o processo de trabalho deste nível da atenção, fortalecendo, no território, os processos de gestão do cuidado dos usuários e facilitando a busca de informações epidemiológicas. “Com essa iniciativa, os profissionais da saúde terão ferramentas de auxílio como tablets, que serão usados nas visitas à população”, contou Ando. Segundo ele, em áreas rurais sem acesso à internet, o trabalho se dará por meio de uma unidade móvel com antena via satélite. “Assim, podemos colher as informações e, quando tivermos acesso a um ponto de conexão, faremos a transmissão desses dados”, contou.

■ Mais médicos

A emergência de mais médicos em regiões remotas foi o foco de debate da mesa-redonda *Princípios pedagógicos para a supervisão em programas de provimento (Provab e Mais Médicos)*. O médico sanitário Vinícius Muricy da Rocha, professor da Universidade Federal de Campina Grande (PB) e diretor de Desenvolvimento de Educação e Saúde do Ministério da Educação, discorreu sobre o projeto Mais Médicos, que além de levar mais profissionais para regiões onde há escassez e ausência deles, prevê a expansão do número de vagas de medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação médica no Brasil.

Segundo Rocha, há uma meta de mais vagas para cursos de medicina, especialmente nas instituições federais de ensino superior, com foco na Atenção Básica à Saúde. “Nosso objetivo é aumentar o número de vagas da Residência Médica em torno de 40% e que elas sejam direcionadas para a Medicina de Família e Comunidade”, revelou, lembrando, ainda, que este é um projeto provisório, com perspectiva de execução de 3 a 6 anos, até que medidas estruturantes sejam consolidadas. “É preciso pensar uma rede de preceptores de saúde da família que abarque todos os residentes”, recomendou.

A gerente de projetos da área pedagógica do Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Sgtes/MS), Érika Siqueira da Silva, falou sobre o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), cujo objetivo é estimular a formação do médico para a real necessidade da população brasileira e levar esse profissional para localidades com maior carência.

O programa prevê incentivos aos profissionais que optarem por atuar nas equipes de saúde da família e outras estratégias de organização da atenção básica, incluindo a atenção à saúde das populações ribeirinhas, quilombolas, assentadas e indígenas. Segundo Érika, o médico que participa da edição do Provab 2013 tem a obrigatoriedade de realizar curso de pós-graduação prático-teórico em saúde da família, com 12 meses de duração. Para tanto, o profissional recebe uma bolsa federal no valor de R\$ 8 mil (mensais) e tem suas atividades supervisionadas por uma instituição de ensino. Nesse contexto, explicou, a supervisão é fundamental, uma vez que é responsabilidade do supervisor realizar uma avaliação mensal presencial de forma individual de seus supervisionados e manter contato com a Coordenação Nacional do Provab e respectivas comissões estaduais, oferecendo dados referentes aos instrumentos de acompanhamento e monitoramento do programa.

Os supervisores são também responsáveis por manter o sistema de informação oficial do programa atualizado de forma permanente. “É a figura que irá avaliar os médicos, concedendo, por cumprirem as atividades estabelecidas pelo programa, a pontuação adicional de 10% nos exames de residência médica”, esclareceu. De acordo com Érika, além dos supervisores, os médicos participantes do Provab 2013 contam com os Núcleos de Telessaúde Brasil Redes, a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UnA-SUS), a Comissão Coordenadora do Provab e o Comitê de Acompanhamento do programa.

Realidades distintas

Na roda de conversa *Saúde Rural no Brasil: conhecendo os diferentes cenários*, médicos de família e comunidade apresentaram distintas realidades observadas em cada região rural do Brasil, revelando o desejo comum de dar qualidade ao atendimento à saúde das populações. A médica de família e comunidade Ariane Pinheiro falou sobre o perfil da comunidade do município de João Molevade, interior de Minas Gerais, formada, em grande parte, por ciganos. Segundo ela, face ao contexto histórico dos primeiros ciganos que chegaram ao Brasil, essas pessoas são marcadas pelo preconceito, vistas como baderneiras, ladras e enganadoras. “Esse grupo apresenta baixa escolaridade, prevalência de mulheres, expectativa de vida muito baixa, altos índices de alcoolismo, iniciados muitas vezes na infância, além de serem nômades”, enumerou. Somado ao preconceito, acrescentou, “isso faz com que o acesso aos serviços de saúde e o monitoramento dessas pessoas sejam prejudicados”.

O cenário não se revelou diferente na comunidade quilombola do Vale do Ribeira, interior de São Paulo. De acordo com a médica de família Mônica Correia Lima, os remanescentes de quilombos são igualmente excluídos, porque ainda carregam o preconceito histórico da escravidão. Na comunidade onde atua, contou, foram criados grupos de trabalho com foco na conscientização e na educação em saúde face à necessidade de promover a atenção integral à saúde dessa população. “Eles resistiam em sair da sua região. Depois de muitas conversas, as consultas passaram a ser realizadas em uma unidade de saúde fora do quilombo, oferecendo uma estrutura melhor e com mais qualidade”, revelou.

Em ambulanchas

O atendimento aos povos ribeirinhos — população tradicional que residem nas proximidades dos rios — do estado do Amazonas foi o exemplo dado pelo médico de família rural Ricardo Amaral. Ele trouxe fotos de partos que são feitos em redes e de atendimentos realizados por ambulanchas — unidades móveis de saúde fluviais —, na comunidade ribeirinha de Rosa do Rio Negro (AM), e citou o Programa Saúde Manaus Itinerante Fluvial, por meio do qual o atendimento dos povos ribeirinhos é feito, quinzenalmente, pela ambulancha Catuiara. “O programa, fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus e o Tribunal de Justiça do Amazonas, permitiu aos moradores da região do Rio Negro, pela primeira vez, o acesso a exames especializados de mamografia, ultrassonografia e oftalmologia”, contou.

O navio adaptado para tais fins traz consultórios médicos e odontológicos, salas de vacina, farmácia e laboratório e conta com uma equipe multidisciplinar de médicos, enfermeiros, dentistas, bioquímicos, assistente social, técnicos de enfermagem, auxiliar de saúde bucal e de patologia, além do apoio de agentes comunitários de saúde presentes nas comunidades atendidas. “Cada equipe leva, em média, 20 dias de viagem por mês assistindo as comunidades ribeirinhas”, revelou Amaral.

O médico de família Nilson Massakasu Ando apresentou o trabalho desenvolvido com as populações em áreas confinadas do Amazonas, onde o acesso somente é possível por meio de aviões, uma vez que, pelo rio, a equipe de saúde levaria em torno de sete dias de viagem. De acordo com Ando, os profissionais que atuam nessas regiões precisam desenvolver habilidades diferenciadas, incluindo as relações com a natureza.



Determinantes sociais importantes no atendimento realizado pela equipe de saúde da família em assentamento de Porto Alegre (RS)

André Luiz Silva

Marcados pelo preconceito

Cenário similar, o médico de família e comunidade Rodrigo Pinheiro Silveira, do Acre, falou sobre o atendimento aos indígenas, que além do isolamento geográfico, sofrem com problemas que vêm de encontro com as questões culturais, como o alcoolismo. Nesse contexto, revelou, os agentes comunitários indígenas de saúde cumprem papel essencial. “Os agentes indígenas de saúde são profissionais híbridos, uma vez que conhecem a saúde e a cultura da comunidade”, observou.

Na região Sul do país, surgiu uma experiência bastante diferente das demais apresentadas. O médico de família e comunidade Fabio Duarte Schwalm discorreu sobre o trabalho desenvolvido no pequeno município de Barão, interior do Rio Grande do Sul, onde 80% da população são descendentes de alemães e 20%, de italianos. “As dificuldades enfrentadas pela equipe de saúde da família não dizem respeito ao acesso e à estrutura das unidades de atendimento, mas a fatores culturais muito enraizados nessas populações”, descreveu. Segundo Schwalm, em Barão, observa-se elevados índices de obesidade, inclusive na população infantil, e de alcoolismo, que podem ser explicados pela cul-

tura do consumo de alimentos gordurosos e cerveja. Em contrapartida, a expectativa de vida é muito alta, sendo necessário, também, um atendimento especial aos idosos e uma atenção qualificada à saúde mental. “Há, também, uma grande porcentagem de casamentos consanguíneos — relações matrimoniais entre indivíduos com grau de parentesco muito próximo —, o que contribui para os índices de problemas hereditários, como a anemia falciforme”, acrescentou.

No atendimento realizado na unidade de saúde da cidade e nas visitas domiciliares, ele conta com a participação de duas técnicas em enfermagem que moram na comunidade. “Elas, além de profissionais de saúde, são também tradutoras, já que a maior parte dos moradores tem o alemão como idioma oficial”, revelou. O médico de família informou que cada morador tem um número de consultas anuais superior à média nacional, face ao número de habitantes (seis mil) que residem no município.

Coube ao médico de família e comunidade Hiroki Shinkai, que atua no estado do Ceará, revelar a realidade do sertão nordestino. Segundo ele, a seca que assola boa parte da região não é a maior dificuldade enfrentada pelos profissionais de saúde, mas sim o excesso de chuva. “Se chover além do normal, as estra-

das se tornam intransponíveis, os carros ficam atolados e temos que seguir a pé com os sapatos nas mãos”, contou. O Sertão nordestino é uma das quatro sub-regiões do Nordeste do Brasil, estendendo-se por grande parte da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Piauí e por todo o Ceará, incluindo, ainda, a Mesorregião Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e trechos do norte do Espírito Santo. De acordo com Shinkai, as chuvas concentram-se em apenas três ou quatro meses do ano, maior parte da população que vive nessas áreas é de baixa renda e alguns locais não têm luz elétrica.

Problemas comuns

Para entender melhor esta realidade, Shinkai realizou uma pesquisa comparativa, por meio da qual aplicou um questionário online, enviado por e-mail, a 45 profissionais médicos de equipes de Saúde da Família de áreas urbanas e rurais de Sobral (CE). Ele avaliou a satisfação com o ambiente de trabalho, a equipe, a qualidade do atendimento, a disponibilidade de materiais e o grau de reconhecimento social. Os indicadores de satisfação que apresentaram os piores resultados foram, segundo o médico, stress, ambiente físico, materiais e adesão. O pior indicador apontado pelos médicos da zona urbana foi o stress. Já, os médicos da zona rural, identificaram o ambiente como pior indicador de satisfação. “Apesar das diferenças, os resultados sugerem melhorias nas condições de trabalho e carreira do médico de família e comunidade das duas áreas”, concluiu.

Os assentamentos rurais também foram focos de debate da roda de conversa. De acordo com o médico de família e comunidade André Luiz da Silva, apenas um terço das pessoas em assentamentos tem acesso a serviços de saúde completos e funcionando junto as suas comunidades. Silva lembrou que os serviços de atenção básica à saúde, cuja distribuição é bastante irregular pelos assentamentos rurais e urbanos, além de melhorar os indicadores de saúde, configuram-se estratégia de inclusão social e eliminação de preconceitos, por considerar a forma como essas comunidades se organizam. “A atenção básica pode ser um elemento mediador da relação com os movimentos sociais, uma vez que está atenta aos princípios de continuidade e reconstrução de legitimidades e tem protagonismo no processo de redução das iniquidades”, explicou. O médico focalizou, também, a necessidade de políticas de fixação de profissionais qualificados nessas regiões e lembrou que os movimentos sociais são capazes de organizar a saúde como um projeto político coletivo, adotando estratégias que tenham como referência as metodologias participativas.

Contribuições de Freire

Na mesa-redonda *Integralidade na Saúde Rural: contribuições da pedagogia freiriana*, o médico de família do Centro de Saúde Lagoa da Conceição, em Santa Catarina, Murilo Leandro Marcos, falou sobre a importância da literatura de cordel no cuidado da saúde do pequeno município do interior catarinense. Para relatar sua experiência, ele trouxe uma viola e cantou e tocou, alegrando o público, o cotidiano de seu trabalho como médico de família. “Nas cidades do interior, não temos muitas opções. Então, usamos a literatura de cordel na atenção integral à saúde da população. Caso contrário, teríamos que voltar para a cidade e não teríamos concluído o trabalho”, recordou. A ação da equipe do Centro de Saúde Lagoa da Conceição toma como base a cultura e as tradições locais. “Sempre buscamos dialogar com os moradores, entendendo suas diferenças. Esse trabalho serviu para mostrar aos moradores que não sou médico de uma parte da população, mas de um município”, resumiu.

Ao fim do evento — cuja 13ª edição terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, em 2016 —, Targa leu a Declaração de Gramado pela Saúde Rural, como foi chamado o documento final da 12ª Conferência Mundial de Saúde Rural da Wonca, sugerindo, entre outras ações, ampliar a formação e a capacitação de médicos especializados no atendimento às famílias e às comunidades rurais e descentralizar os cursos de medicina. “Precisamos ter políticas públicas para as áreas rurais, descentralizar os cursos de medicina e recrutar profissionais”, recomendou.

Tema de destaque das ETSUS

Com o objetivo de qualificar os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), as 40 escolas que integram a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) também realizam ações em áreas remotas e rurais de todo país, a exemplo da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG). A partir de demanda apresentada durante o 3º Encontro dos Movimentos Sociais Mineiros, ocorrido em abril de 2011, em Belo Horizonte, a ESP-MG iniciou, em 2012, duas turmas da Oficina de Educação Popular em Saúde Mental para populações assentadas e acampadas em projetos de reforma agrária do estado de Minas Gerais.

A iniciativa, construída por um grupo de trabalho formado por representantes da própria escola e da Secretaria de Estado de Saúde de Minas e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Minas Gerais, compreendeu 35 alunos, entre cuidadores populares, lideranças de saúde, assentados e acampados em áreas do MST de diversas regiões do estado, além de 35 trabalhadores da Rede de Saúde Mental e da Atenção Básica do SUS mineiro, abarcando, ao todo, 35 municípios.

O processo formativo foi organizado em três momentos presenciais, realizados na sede da ESP-MG, em Belo Horizonte, e em atividades locais e regionais. A primeira etapa presencial contou com a participação das lideranças de saúde dos assentamentos e acampamentos do MST durante quatro dias. A programação envolveu rodas de conversas, socialização de experiências e trabalhos de grupos que trataram de temas como saúde das mulheres do campo, cuidado em saúde mental, uso nocivo de álcool e outras drogas, redução de danos e direito ao SUS, além de oficinas práticas sobre terapia floral, homeopatia, fitoterapia e massoterapia e apresentações teatrais.

Escola e comunidade

Na segunda etapa, foram abordados os temas do processo histórico, organização e objetivos do MST, da saúde das populações do campo e da floresta, das práticas populares de cuidado no MST, do cuidado em saúde mental e do uso de álcool e outras drogas. Nessa fase, foram realizadas atividades de concentração (tempo escola) e de dispersão (tempo comunidade). “Para os representantes do MST, o tempo comunidade consistiu na realização de um mapeamento das situações de saúde identificadas nas áreas de assentamento e acampamento, e que contou com a contribuição dos coletivos de saúde locais, regionais e demais integrantes da coordenação da área”, exemplificou Bianca Rückert, referência técnica da Oficina na ESP-MG.

Segundo ela, o mapeamento contemplou a situação de acesso aos serviços de saúde — em especial, à rede de saúde mental —, os principais problemas de saúde mental enfrentados por essas populações, as condições de vida e as práticas de saúde realizadas no âmbito comunitário.

As atividades de dispersão também abarcaram as oficinas locais, que envolveu as famílias das áreas participantes do projeto. “O momento consistiu na realização de uma visita a uma área de assentamento ou acampamento, na elaboração de um registro sobre essa visita e no mapeamento da rede de atenção psicossocial de abrangência das respectivas áreas de reforma agrária visitadas”, revelou Bianca.

A terceira etapa da oficina, cujo objetivo foi propiciar a integração e a aproximação entre os participantes do MST e os profissionais de saúde do SUS, tratou de temáticas relacionadas à política do SUS e sua interlocução com a saúde do campo e a saúde mental, incluindo discussões sobre a reforma psiquiátrica, os serviços substitutivos, o uso nocivo de álcool e outras drogas e a estratégia de Redução de Danos, reconhecendo e ressaltando os saberes e as práticas de cuidados utilizados pelo MST. “O momento permitiu a elaboração conjunta de estratégias de ação, envolvendo SUS e MST, com vista à efetivação do direito à saúde por parte das populações da reforma agrária, em especial relacionado à atenção psicossocial”, destacou. A terceira etapa, segundo Bianca, teve duração de dois dias para os trabalhadores do SUS e de quatro dias para os integrantes do MST.



Tuila Tiele, Otávio Ribeiro Peret de Moraes

Curso da ESP-MG reforça práticas populares de cuidado do MST

Estórias 'reais'

O curso culminou, ainda, na elaboração do caderno Cuidados em Saúde Mental: diálogos entre o MST e o SUS. "A publicação revela as discussões promovidas na oficina por meio de estórias contadas por três personagens. Eles falam sobre as experiências trocadas e as práticas propostas para o cuidado em Saúde Mental das populações assentadas e acampadas do MST", contou. O caderno traz também algumas receitas utilizadas por lideranças de saúde do MST nos assentamentos e acampamentos e informações sobre a atenção em saúde mental nas redes do SUS.

Em sua avaliação, a oficina não somente permitiu a aproximação e o diálogo entre assentados, gestores, trabalhadores do SUS e educadores como também a construção de saberes e práticas de cuidado no campo da saúde mental, estruturados a partir dos princípios e valores do MST, da pedagogia do movimento, da reforma psiquiátrica e da proposta de redução de danos. "Conseguimos dar visibilidade, valorizar e fortalecer as práticas e os saberes populares de cuidado, em especial as relacionadas às práticas integrativas e complementares desenvolvidos pelo MST", resumiu.

Para Bianca, quando se trata do tema da saúde da população do campo, é necessário destacar as condições de vida e infraestrutura desses povos, os conflitos e a violência no campo, o perfil de adoecimento relacionado ao trabalho e ao meio ambiente e a precariedade de acesso aos serviços de saúde. "Tais aspectos irão evidenciar enorme diferença entre as populações do campo e urbana e permitirá planejar estratégias mais condizentes para os povos do campo e da floresta", frisou.

Pedagogia da terra

Trabalho semelhante pode ser observado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), no Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsa) da EPSJV, graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas, com especialização em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o professor-pesquisador André Campos Búrigo revelou que são dez anos de cooperação da escola com o MST. Primeiro surgiu um projeto de pesquisa sobre determinantes sociais de saúde em áreas de reforma agrária. "Essa cooperação começou força, em 2007, com a participação da EPSJV em um seminário de educação profissional realizado no Instituto de Educação Josué de Castro, no Rio Grande do Sul", recordou.

Entre 2008 e 2009, a escola promoveu o primeiro Curso de Especialização Técnica em Saúde Ambiental para as Populações do Campo. A formação, segun-

do Búrigo, teve como base curricular elementos centrais da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – em construção na época –, além de incorporar os saberes da pedagogia da terra, trazendo o território da reforma agrária enquanto elemento central.

O curso da EPSJV teve carga horária de 720 horas, formando 26 alunos de 12 estados das cinco regiões do país, contou com financiamento da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) e foi realizado em quatro etapas de tempo escola (aulas presenciais) – Conhecendo o lugar da produção social da saúde da população do campo; Analisando a saúde ambiental da população do campo; Analisando os problemas de saúde ambiental da população do campo; e Intervindo sobre problemas de saúde ambiental da população do campo –, e cada uma teve duração de três semanas.

As três primeiras etapas foram realizadas em uma área de assentamento da Reforma Agrária, localizada no Centro de Formação Maria Olinda, no município de São Mateus, no Espírito Santo. A última etapa aconteceu no bairro de Curicica, zona oeste do Rio de Janeiro, onde havia uma unidade da Fiocruz que oferecia a infraestrutura necessária para acolher um curso durante 30 dias. "Foi um trabalho importante para a escola, pois foi realizado dentro de um espaço do MST, erguido pelas mãos dos trabalhadores", destacou.

O curso resultou de dois projetos da escola: Determinantes sociais da saúde nos territórios de assentamentos do MST: elementos para a elaboração de proposta de formação em saúde ambiental para a população do campo; e Formação de formadores em Saúde Ambiental nos territórios dos assentamentos do MST: uma estratégia para o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde da população do campo.

Experiências exitosas

O interesse da EPSJV na população rural e no tema da reforma agrária, fomentado pela 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental, realizada em 2009, implicou, ainda, a promoção do Curso de Especialização Técnica em Políticas Públicas de Saúde. "Na conferência, foi realizado um encontro com movimentos sociais e pesquisadores da Saúde do Campo, chamando atenção para a necessidade da formação", lembrou Búrigo. Entre 2010 e 2011, a escola promoveu o curso, cujo objetivo foi formar trabalhadores rurais em Políticas Públicas de Saúde, no Centro de Formação Hélio Fraga, em Curicica (RJ). Entre 2011 e 2013, a escola também ofertou o curso de pós-graduação Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. "A formação trouxe à tona o debate da politécnica e do referencial teórico que está por trás das categorias de trabalho e educação e permitiu a escola se aproximar ainda mais dos desafios da educação do campo", avaliou.

O curso com maior enfoque nos territórios da Reforma Agrária, voltado para os povos do campo e da floresta, foi iniciado pela EPSJV em setembro de 2012. O Curso Técnico em Meio Ambiente, com ênfase em Saúde Ambiental das Populações do Campo, contemplou integrantes de movimentos sociais de diversos estados do Brasil. Búrigo revelou que a iniciativa teve como objetivo formar trabalhadores rurais com uma visão integral e crítica sobre os diferentes territórios, permitindo a identificação e o enfrentamento dos principais determinantes sociais da saúde das populações do campo e fortalecendo a luta dos movimentos sociais pela construção de ambientes saudáveis e sustentáveis.

A formação, realizada nos estados do Ceará e Paraná, teve a duração de um ano e dois meses, com carga horária de 960 horas, divididas em tempo escola (aulas presenciais), tempo comunidade (trabalho de campo para estudo e pesquisa nos territórios de origem dos educandos) e estágio supervisionado, e foi organizada em três eixos transversais — Ontem e hoje, nossa terra: o território na América Latina; Das ameaças à promoção da vida; e Produzindo e sistematizando conhecimento, saberes e práticas para a promoção de territórios saudáveis —, que, por sua vez, foram compostos por quatro unidades de aprendizagem — Planejamento; Produção de ambientes saudáveis; Política, trabalho, ciência e cultura; e Trabalho de campo e estágio.

Brasil a fora

No Ceará, o curso aconteceu na Escola de Ensino Médio João dos Santos Oliveira, localizada no Assentamento 25 de Maio, no município de Madalena. No Paraná, as aulas ocorreram no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro), no Assentamento Ireno Alves, no município de Rio Bonito do Iguçu. Búrigo informou que, durante o curso, o laboratório da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no campus de Laranjeiras do Sul, no Paraná, foi utilizado pelos professores. “A UFFS foi a primeira experiência de um campus universitário dentro de uma área de reforma agrária”, ressaltou, acrescentando que as escolas técnicas do SUS dos dois estados também foram convidadas a participar do curso.

Segundo o pesquisador, o curso foi construído em cooperação técnica com o MST, o Núcleo TRAMAS (Trabalho, Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade) da Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro). “A nossa maior preocupação foi com relação ao êxodo rural. Hoje, a juventude quer estudar, mas também quer saber o que fazer da vida dela depois do estudo. A ideia era promover um curso de saúde ambiental e por meio

do qual os técnicos tivessem como base o território, a exemplo dos cursos técnicos em Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância em Saúde”, explicou. “A proposta geral é ter pessoas formadas que possam contribuir com o desenvolvimento dos territórios da reforma agrária, conseguindo perceber os grandes elementos e os impactos sobre a saúde das populações e intervir nesse processo”, acrescentou, lembrando que a população do campo, na última década, tem enfrentado impactos bastante negativos.

Em 2013, a EPSJV lançou o Dicionário da Educação do Campo. Segundo Búrigo, o livro pretendeu fazer uma síntese sobre a compreensão teórica e prática da Educação do Campo. Os verbetes selecionados referem-se a conceitos ou categorias que expressam, sob a perspectiva dos movimentos sociais camponeses e de suas lutas, os fundamentos filosóficos e pedagógicos da educação do campo, articulados em torno dos eixos Campo, Educação, Políticas Públicas e Direitos Humanos. “A publicação permite conhecer a questão agrária no país”, contou. O dicionário é dirigido a educadores das escolas do campo, pesquisadores da área da educação, estudantes de ensino médio à pós-graduação, integrantes dos movimentos sociais e lideranças sindicais e políticas comprometidas com as lutas da classe trabalhadora. ■



Aos 57 anos, ETSUS Blumenau inaugura novo prédio que irá abrigar as formações técnicas e especializações dos profissionais do sistema de saúde da região.

Nova sede fortalece atuação da escola de Blumenau

escola em foco

Ana Paula Evangelista

O dia 26 de novembro de 2013 ficou marcado na história da Escola Técnica do SUS (ETSUS) em Blumenau face à inauguração de sua nova sede, concretizando, assim, os ideais de trabalho do médico pediatra Affonso Balsini, falecido em 1983. Ele percebeu, na década de 1950, que, para o exercício da medicina, fazia-se necessária uma equipe técnica de trabalho qualificada, recomendando a criação da escola. Depois de 57 anos de criação — datada em 28 de novembro de 1956, ainda como Escola de Auxiliar de Enfermagem de Santa Catarina, anexa ao Hospital Santo Antônio —, a ETSUS Blumenau ganhou estrutura e identidade próprias, almejadas pelo saudoso médico que a idealizou.

Da cerimônia de inauguração, participaram diversos convidados, entre eles o coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde, do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Dege/Sgtes/MS), Aldiney Doreto. “Estou há quase dois anos à frente da Coordenação de Ações Técnicas do Ministério da Saúde, que é o departamento responsável pelas atuais 40 escolas da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). Sinto-me feliz por participar da inauguração da sede de uma escola técnica que já era completa, com uma boa equipe, e que, agora, tem uma boa estrutura”, revelou. “Nada mais justo é ter uma estrutura física adequada para receber os alunos que farão a diferença na promoção da saúde pública”, disse o prefeito, Napoleão Bernardes, para quem os altos índices de longevidade e qualidade de vida da cidade devem-se, além de um conjunto consistente de políticas públicas, à qualificação dos profissionais da saúde promovida pela escola.

Há 18 anos na ETSUS Blumenau e, desde 2005, na função de diretora da escola, Claudia Lange acompanhou todo o processo de construção da sede e destacou a importância da conquista. “Nunca tivemos um endereço próprio. A escola hoje passa a ter identidade e endereço, para receber melhor nosso aluno. Está na hora de mostramos o quanto o SUS é bom”, frisou. “O sistema também promove capacitação, educação e qualificação dos nossos profissionais. Essa escola é do SUS, e a nós cabe a responsabilidade de fazer com que a comunidade tenha esse entendimento”, completou a secretária municipal de saúde, Maria Regina de Souza.

Segundo Cláudia, o processo de construção da nova sede foi iniciado em 2005, com recursos do Ministério da Saúde. Mas, devido à necessidade de ajustes e alterações, o projeto de arquitetura, que inicialmente não trazia cotas de enchente, inviabilizando a obra em uma cidade que sofre com as chuvas quase todos os anos, foi concluído em 2007. A construção do novo prédio iniciou, de fato, em janeiro de 2010, terminando em julho deste ano. Ainda em 2011, quando o prédio estava em plena construção, a equipe administrativa da escola mudou-se para as primeiras duas salas concluídas no primeiro andar da unidade.

Doreto e Bernardes (juntos à placa de inauguração): uma nova escola para antigos e atuais profissionais do SUS.



Ana Paula Evangelista / RET-SUS

Moderna e bem equipada, a nova sede da ET-SUS Blumenau está distribuída em três andares, com secretaria escolar, salas de reunião, direção, biblioteca, sala de videoconferência, auditório com 200 lugares, oito salas de aula, laboratórios de Enfermagem, Odontologia, Patologia, Vigilância e Informática – equipados conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação –, uma sala destinada ao Conselho Municipal de Saúde e espaços de convivência.

■ Palestras comemorativas

O evento comemorativo dos 57 anos de criação e inauguração da nova sede, de 19 a 26 de novembro de 2013, contou com uma programação especial, trazendo palestras sobre as políticas de educação profissional, produção do cuidado em Saúde Bucal e em Saúde Mental. No dia 21, a pedagoga Ena de Araújo Galvão, diretora da Escola Técnica de Saúde em Brasília (Etesb), resgatou a história das políticas de educação profissional para o nível técnico em saúde das últimas três décadas, citando o Projeto de Formação em Larga Escala, criado na década de 1980, possibilitando estratégias que conduziram à viabilização

de escolas e centros formadores do SUS, o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), criado em 2000, com vistas a melhorar a qualidade da assistência prestada pelos trabalhadores de enfermagem nas unidades do SUS, e o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), lançado em 2009, determinando que as ETSUS, centros formadores de recursos humanos em saúde e escolas de saúde pública da RET-SUS tivessem prioridade na formulação e execução técnica e pedagógica dos cursos técnicos em saúde de áreas prioritárias.

No mesmo dia, alunos da ETSUS Blumenau, agentes comunitários de saúde, de endemias e de vigilância em saúde assistiram uma palestra sobre o tema da dengue, ministrada pela equipe da Vigilância Epidemiológica do município, que também tratou sobre a questão da zoonose no âmbito da saúde pública. O público recebeu a Cartilha do Agente Comunitário de Saúde no Controle da Dengue e conferiu a situação da proliferação do mosquito no município de Blumenau e no estado.

No dia 22, a odontóloga e professora adjunta do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Cristine Maria Warmling, proferiu a palestra *O agir em competência na produção do cuidado na saúde bucal*. Por sua vez, a psicóloga Tânia Maris Grigolo falou sobre o tema *Articulação entre Saúde Mental e Saúde da Família: compartilhando conceitos e práticas*. A palestra foi assistida por 64 profissionais que atuam nos centros de atenção psicossocial (CAPs) e nas unidades de atenção básica, além dos alunos da região de abrangência da escola.

Tânia apresentou a Rede de Atenção Psicossocial e a importância da equipe de referência como responsável pelo cuidado. Segundo ela, o cuidado em saúde mental deverá contar com uma equipe de apoio matricial, que tem como objetivo tirar o campo do isolamento, fazendo com que os profissionais da saúde transitem pelas várias áreas do conhecimento, rompendo com o modelo de superespecialização na área da Saúde e possibilitando a supressão da lógica tradicional do encaminhamento. Para a psicóloga, a proposta de apoio matricial implica a necessidade de uma assistência mais abrangente e integral para todos.

■ Cinco décadas

O movimento pela construção de uma escola de auxiliar em enfermagem na cidade de Blumenau foi iniciado na década de 1950, sob as ideias do médico pediatra Affonso Balsini. A então Escola de Auxiliar de Enfermagem de Santa Catarina, anexa ao Hospital Santo Antônio, surgiu com a Lei Municipal nº 763, de 28 de novembro 1956. A instituição foi reconhecida pela Portaria nº 124, de 13 de abril de 1959, e inaugurada em 1º de agosto do mesmo ano, iniciando o primeiro curso de Auxiliar em Enfermagem de Santa Catarina, com 13 alunos da região de Blumenau.

Em julho de 1979, com a Lei Municipal nº 2.477, a unidade foi integrada à Secretaria Municipal de Educação, onde permaneceu até julho de 1996. Apesar desta mudança administrativo-financeira, permaneceu nas dependências do Hospital Santo Antônio até setembro de 1983, quando a instituição hospitalar foi desativada, face aos prejuízos causados pelas enchentes da época. De 1983 a 1993, sem sede própria, a ETSUS Blumenau circu-

Nova identidade de uma escola com mais de cinquenta anos de formação técnica para o SUS.



lou por alguns lugares, incluindo as dependências do Colégio Sagrada Família. Por fim, a Secretaria Municipal de Educação instalou novamente a escola nos fundos do Hospital Santo Antônio, onde funcionou até 2001.

Alguns cursos ofertados pela então Escola de Auxiliar de Enfermagem destacaram-se nesse contexto, entre eles o Técnico em Higiene Dental, em 1992, e a formação de auxiliar em enfermagem. Em 1997, já com o nome de Escola Técnica do SUS, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, por determinação da Prefeitura de Blumenau, iniciou o curso Atendente de Consultório Dentário. A primeira turma formou-se em 26 de agosto de 1999, ano em que também foi iniciado o Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental. Este foi o segundo curso na área de Santa Catarina e o quarto do país, com a participação de 24 servidores municipais.

Em 2001, a ETSUS Blumenau foi reconhecida pelo Ministério de Saúde (MS) como referência na formação, qualificação e requalificação de recursos humanos em saúde para o município e região adjacente, passando a integrar a RET-SUS. Em 2004, a escola iniciou os primeiros cursos descentralizados. No mesmo ano, em parceria com a Fundação Regional de Blumenau (Furb), promoveu a primeira turma de especialização para profissionais do SUS municipal.

Desde a sua criação, a escola já ofertou os cursos técnicos em Enfermagem — incluindo a complementação do auxiliar na área —, Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, Saúde Bucal — incluindo o auxiliar nesta área —, e Cuidador de Idosos, a Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, especializações técnicas e capacitações para os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e outras secretarias e para docentes dos cursos, além da participação no Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar).

Face à obra, de 2011 até julho de 2013, a escola não conseguiu executar nenhum curso na sede, somente nas unidades descentralizadas. Em agosto, ainda com cheiro de tinta fresca, novas turmas foram iniciadas na cidade, entre elas dos cursos técnicos em Vigilância em Saúde e em Saúde Bucal, da Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, do aperfeiçoamento e das especializações técnicas em Saúde Mental e em Enfermagem do Trabalho e da Complementação do Auxiliar em Técnico em Enfermagem.

Referência para os 53 municípios do Vale do Itajaí, a ETSUS Blumenau já formou, aproximadamente, 5.900 trabalhadores do SUS, que estão inseridos

nas unidades de saúde, serviços de referência, hospitais e laboratórios. Os cursos são desenvolvidos por meio de recursos do MS, a partir de demandas acordadas nas comissões Intergestores Regionais (CIRs) e na Comissão de Integração Ensino-Serviço (Cies). Por sua vez, os cursos oferecidos pela escola são autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, e as formações nas áreas de Enfermagem e Odontologia seguem as regulamentações dos seus respectivos conselhos federais. ■

1956	Criação da Escola de Auxiliares de Enfermagem, anexa ao Hospital Santo Antônio.
1968	A escola passa para a Fundação Universidade de Blumenau.
1979	Integrada à Secretaria Municipal de Educação.
1996	A escola é transferida para a Secretaria Municipal de Saúde.
1997	Recebe o nome de Escola Técnica do SUS de Blumenau.
2001	Reconhecida pelo Ministério da Saúde, passando a integrar a RET-SUS.
2005	Início da construção da nova sede.
2007	Projeto de arquitetura concluído.
2010	Retomada das obras do novo prédio.
2013	Comemoração dos 57 anos e inauguração da nova sede.

Práticas integrativas em saúde, sinônimo de inovação educacional

escola em foco

Jéssica Santos

Atenta à Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares no SUS (PNPIC), a Escola Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), na Bahia, trata do tema nos currículos de suas formações, inovando seus processos de ensino e aprendizagem. A temática foi inserida, inicialmente, nos currículos dos cursos técnicos em Agentes Comunitários de Saúde, Enfermagem e Saúde Bucal. “O que pretendemos é inserir estes conteúdos com maior propriedade nos currículos de todos os cursos, para que o conhecimento esteja acessível a toda população”, anunciou a enfermeira e coordenadora da unidade descentralizada da EFTS, no município de Itaberaba, Elânia Moraes Sant’ Ana, lembrando que a escola sempre teve uma estreita relação com os agentes comunitários e outros profissionais de nível médio do estado da Bahia, o que favoreceu o debate. “Fizemos isso por meio de módulo transversal e complementar à organização curricular, compondo, assim, as estratégias de organização das ações e serviços de saúde que operam sobre os efeitos do adoecer”, acrescentou Geisa Plácido, assessora-técnica da diretoria da escola.

De acordo com Geisa, o trabalho prioriza o espaço do diálogo a partir das condições de vida e do modo de viver das populações, possibilitando aos sujeitos escolhas saudáveis dentro de seus próprios territórios. Isso porque, como explicou Elânia, as práticas integrativas e complementares orientam o trabalho de prevenção, promoção e recuperação da saúde. “Utilizando-se da escuta qualificada, do respeito às diversidades culturais e do conhecimento popular, estas práticas têm como finalidades promover hábitos saudáveis e provocar a reabilitação da saúde, por meio de recursos naturais de grande eficácia, sem danos para a saúde do indivíduo e com baixo custo”, avaliou.

Multiplicadores do conhecimento

A proposta de inserção do tema nos currículos de formação profissional em saúde balizou-se no curso Práticas Integrativas em Saúde, oferecido pela própria EFTS, em setembro e outubro de 2013, do qual Elânia e 17 coordenadores e docentes da escola fizeram parte. “O curso pretendeu contribuir para que as formadoras da EFTS tomassem conhecimento acerca dos aspectos teóricos e práticos das práticas integrativas e complementares”, explicou Áureo Augusto Caribé de Azevedo, professor da qualificação e médico da Unidade de Saúde da Família de Caeté-Açu, no município de Palmeiras (BA), onde foi criada uma horta medicinal, sob a sua orientação.

Com 40 horas de aula, a formação foi organizada em dois módulos. O primeiro tratou dos aspectos teóricos e filosóficos das práticas integrativas complementares em saúde. O segundo, por sua vez, trouxe exemplos práticos dessa ação. O curso abordou os temas da introdução à história do pensamento científico, alimentação natural, autocuidado e funcionamento do corpo humano na visão das práticas integrativas complementares em saúde e trouxe exemplos de procedimentos hidroterapêuticos e de cuidados com hipertensos e diabéticos. “A maior parte do curso é acompanhado de ensaios e procedimentos terapêuticos”, contou o médico.



Azevedo EFTS

PNPIC na prática: fortalecimento da equipe técnica responsável pela elaboração dos currículos.

“Além de ser pioneira na proposta de inclusão do tema nos currículos de formações, a EFTS cumpre, mais uma vez, o seu papel de promotora da saúde, sob a perspectiva da formação dos seus profissionais direcionada aos hábitos saudáveis”, observou a diretora da EFTS, Maria José Camarão, para quem o curso ajudou a fortalecer a equipe técnica responsável pela elaboração dos módulos das formações oferecidas pela instituição.

Para Azevedo, conhecer a teoria e entender o funcionamento das práticas não alopáticas é ter condições de partilhar outros conhecimentos. “O foco está no ato de gerar condições para que o organismo cure a si próprio, com uso da alimentação natural, da massoterapia, da hidroterapia, entre outros métodos

terapêuticos complementares”, enumerou. Segundo ele, ao conhecer a filosofia de trabalho dessas práticas, o educador poderá introduzir o conhecimento entre seus alunos, tornando-se multiplicador de terapias eficientes e eficazes.

O mesmo observou Elânia, informando que participou do curso da EFTS motivada pela vontade de cuidar melhor da própria saúde, enquanto trabalhadora do SUS, bem como pela ideia de “tornar-se agente multiplicador no ambiente de trabalho e nos espaços comunitários e escolares”.

De acordo com Azevedo, as práticas integrativas tentam reconhecer a identidade da pessoa, evitando olhar o sujeito como um objeto. “É um engano nosso ver a pessoa doente como um objeto de estudo ou da ação terapêutica do profissional da saúde. Isso retira do ser humano sua humanidade”, orientou. Ele salientou que, nesse contexto de “coisificação” do ser humano, a atividade terapêutica acaba focada no “fazer pelo paciente”, como se ele fosse sempre incapaz. “Isso já não acontece com as práticas integrativas complementares, que entendem o sujeito como um ser integral”, explicou. “As práticas integrativas abrem um leque de possibilidades, que são mais coerentes com a nossa forma de pensar a saúde, permitindo sensibilizar os nossos discentes quanto à relevância do conhecimento popular, dos recursos oferecidos pela natureza, da escuta qualificada, do autocuidado para a manutenção e a recuperação da saúde”, avaliou Elânia. ■

Segundo o documento que trata da PNPIC, publicado pelo Ministério da Saúde em 2006, o campo “contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de medicina tradicional e complementar/alternativa”. Tais sistemas e recursos, diz o texto da política, “envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade”.

ESP-MG tem novo diretor

No dia 19 de fevereiro, o engenheiro e especialista em Gestão de Políticas Públicas, Rubensmidt Ramos Riani, 67 anos, assumiu a direção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), no lugar de Damião Mendonça Vieira. Riani retorna à escola, que dirigiu entre os anos de 2002 e 2008, no momento em que a ESP-MG incorpora o Canal Minas Saúde — uma rede estratégica multimídia de TV, rádio, web e iniciativas de educação a distância, que ajudou a implantar no ano de 2008. Com quatro anos de atividades, o Canal Minas Saúde, sob a superintendência de Onofre Marques, já alcançou praticamente todas as 853 secretarias municipais de saúde, com o desenvolvimento de programas de educação permanente a distância. Ciente da capacidade da escola, que ganha ainda mais recursos com a incorporação da rede multimídia de saúde, o novo diretor espera ampliar os limites de atuação da ESP-MG. "Vamos potencializar o que temos de melhor na escola e no Canal Minas Saúde, dando mais dinamismo e dinamicidade aos processos educacionais", anunciou.

EPSJV lança material sobre Educação Profissional em Saúde

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) lançou seis novos livros que tratam de temas como laboratórios de saúde, imuno-hematologia, arte e saúde, trabalhadores técnicos e sociabilidade em saúde. Entre as obras destacam-se os títulos *Trabalhadores técnicos da saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS*, organizada por Márcia Valéria Morosini, Márcia Lopes, Daiana Chagas, Filippina Chinelli e Monica Vieira, e *Democratização e novas formas de sociabilidade em saúde no contexto Latino-Americano*, organizada por Alda Lacerda, Felipe Machado e Francini Guizardi.

O primeiro livro traz uma coletânea de textos que resultaram da pesquisa *Processo de qualificação de trabalhadores técnicos em saúde: a conformação de grupos profissionais*, cujo objetivo foi identificar e analisar os movimentos de conformação de alguns grupos profissionais inseridos no setor saúde, observando os determinantes sociais, políticos e econômicos envolvidos nos seus processos de qualificação, bem como analisar sua expressão no contexto das dinâmicas do trabalho em saúde. O segundo título é resultante da Jornada Internacional Pré-Alas na Saúde, realizada em 2013, na EPSJV. O livro traz artigos divididos em três temáticas: Estado, democracia e políticas públicas de saúde na América Latina; Democratização, mediação e sociabilidades na saúde no contexto latino-americano; e Construção do direito e sociabilidades em saúde.

Os livros estão disponíveis para download gratuito no site da EPSJV e para venda na Livraria Virtual da EPSJV (www.epsjv.fiocruz.br).

ETSUS Acre auxilia desabrigados do município de Rio Branco

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre), por meio das suas unidades executoras de cursos, participou da ajuda dada às 1.308 pessoas desabrigadas em consequência das cheias do Rio Acre, que, no dia 17/2, alcançou a marca de 14,31 metros — o rio ultrapassou 31 centímetros a cota de transbordamento que é de 14 metros. Na noite do dia 25/2, alunos do curso de auxiliar de cozinha da escola realizaram, no Parque de Exposições de Rio Branco (AC), onde as famílias foram abrigadas, uma oficina culinária para preparo básico de salgados. A escola promoveu, também, ações de saúde como avaliação nutricional, higienização e escovação bucal, direcionadas às crianças e aos adolescentes abrigados no local.



Arquivo ETSUS Acre

Escola Municipal de Saúde discute plano de educação em atenção à obesidade

A diretora da Divisão de Educação da Escola Municipal de Saúde (EMS), em São Paulo, Ester Finguerut Serff, e representantes das áreas da Saúde do Adulto e da Atenção Básica, do Programa Nutrição Paulistana e da Subgerência de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis da Coordenação de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, reuniram-se, em 10/2, na sede da EMS, para discutir o Programa de Educação Permanente que integrará a Linha de Cuidado da Obesidade e Sobrepeso, ainda em desenvolvimento.

O grupo tratou de ações abrangidas pelo plano, entre elas a contratação de especialistas para ministrar cursos, capacitações voltadas à prevenção de doenças, promoção da saúde e atendimento nos períodos pré e pós-operatório, projetos de acompanhamento da família do paciente e disponibilização de mais especialistas na atenção especializada, como endocrinologistas e cardiologistas. Ester lembrou a eficácia dos fóruns de discussão nos cursos de Educação a Distância (EaD) na realimentação da linha de cuidado. "No fórum, a pessoa tem que participar, pois é um trabalho ativo", destacou.

ESP-MG e Unesco firmam parceria

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) é a mais nova parceira da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Segunda escola de saúde pública do Brasil a celebrar convênio com a organização internacional, a ESP-MG inicia a primeira etapa do relacionamento por meio da capacitação de sua área de gestão. O projeto de cooperação entre as instituições tem como objetivo central consolidar a escola mineira como referência na qualificação de profissionais capazes de atuar enquanto agentes de mudança das práticas e serviços do SUS. A iniciativa abrange desde o planejamento pedagógico e institucional até a revisão e definição de processos internos da escola, necessários para seu bom funcionamento. "São três pilares: consolidação da ESP-MG como referência em metodologias de gestão e planejamento; fomento da gestão de conhecimento e formação profissional; e ensino para a rede em saúde mental", anunciou a oficial de projetos de Educação da Unesco, Mariana Alcalay. De acordo com a assistente da coordenação de Educação da Unesco no Brasil, Andreza Trentino, o projeto será realizado em quatro anos.

Etsal forma técnicos em enfermagem

A Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora (Etsal), em Alagoas, promoveu, nos meses de janeiro e fevereiro, as formaturas do curso de Complementação de Auxiliar em Técnico em Enfermagem. Com 700 horas, as formações tiveram duração de 12 meses. Em 24/1, a cerimônia de formatura de 30 alunos aconteceu no município de Matriz de Camaragibe, com a presença da gerente da Etsal, Janaína Andrade, o vice-prefeito do município, Mário Melo, representantes da Secretaria Municipal de Saúde e demais profissionais que atuam na cidade.

Em 8/2, em Piaçabuçu, foi realizada a formatura de 27 novos profissionais. Estiveram presentes a secretária municipal de Saúde, Ana Paula Salgueiro, e o representante da Câmara Municipal, vereador Caion Castro, além de Janaína Andrade, que saudou os alunos, parabenizando-os pela conquista. No dia 14/2, em São Miguel dos Campos, 25 auxiliares formaram-se técnicos em enfermagem. A solenidade de formatura contou com a presença de representantes da Etsal, da Santa Casa de Misericórdia do município e da reitoria da Universidade Estadual de Ciências da Saúde (Uncisal), instituição a qual a escola é vinculada.

Efos inicia Especialização Técnica em Urgência e Emergência

A Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, promoveu aula inaugural da Especialização Técnica em Urgência e Emergência para os profissionais técnicos em enfermagem que atuam na área de Urgência e Emergência dos serviços de saúde da Grande Florianópolis. A cerimônia foi realizada no autotório da escola, em 13/2. A especialização tem carga horária de 400 horas e conta com a parceira da Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio da Diretoria de Educação Permanente em Saúde da Efos.

ETSUS Acre forma agentes comunitários indígenas de saúde

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre), vinculada ao Instituto Dom Moacyr (IDM), formou 200 novos agentes comunitários indígenas de saúde. Os alunos, provenientes de 18 diferentes etnias do Acre e de parte do Amazonas, concluíram a terceira etapa da formação, que contou com reuniões periódicas no município de Plácido de Castro e Cruzeiro do Sul. A cerimônia de formatura aconteceu em 7 de março.

Na avaliação de Vivaldo Domingo Kaxinauwá, responsável pelo acompanhamento da saúde de 98 indígenas de 15 famílias, a qualificação evita que as pessoas saiam de suas comunidades em busca de cuidado. "Com o aprendizado, ajudamos a diminuir a transmissão de doenças nas comunidades, prevenindo gripes, diarreias, conjuntivites e pneumonias e evitando que as pessoas desloquem-se para a cidade em busca de tratamento", observou. De acordo com Marco Brandão, diretor-presidente do IDM, a formação não muda a cultura do índio junto ao pajé ou à parteira. "Ao contrário, respeita a condição intercultural e os saberes tradicionais de cada povo", frisou.



Acervo ETSUS Acre

Escolas técnicas de Minas Gerais apontam os caminhos do cuidado de usuários de drogas



Acervo ESP-MG

A cidade de Belo Horizonte (MG) sediou, entre os dias 17 e 21 de fevereiro, sua primeira Oficina Pedagógica de Tutores de Aprendizagem do Projeto Caminhos do Cuidado — para a formação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) dos agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem da Atenção Básica. O objetivo do encontro, que teve como protagonistas a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) e a Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes), foi capacitar 225 tutores de aprendizado no contexto do projeto, coordenado pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre, e Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de convênio com o Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS). "Isso significará formar agentes comunitários e auxiliares e técnicos em enfermagem em 853 municípios de 77 regiões de saúde mineiras", comemorou o superintendente de Educação da ESP-MG, Rodrigo Machado.

Na abertura da oficina, em 17/2, a coordenadora de Educação Permanente do Deges, Mônica Durães, revelou que o projeto integra o programa do governo federal *Crack, É Possível Vencer*, lançado em 2011, e inspira-se no lema da 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental — *Cuidar sim. Excluir, não!* —, realizada em dezembro de 2001, tendo como meta capacitar 80 orientadores, 1.200 tutores de aprendizado e 290.760 agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos de enfermagem até o fim deste ano de 2014. Segundo ela, o projeto em Minas Gerais foi discutido e articulado pelo grupo técnico da Comissão Intergestores Tripartite, com a participação do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do estado (Cosems-MG), o que favoreceu a inclusão nesse processo das duas escolas da RET-SUS.

ETSUS Roraima inicia Projeto Caminhos do Cuidado

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima (ETSUS-RR), em parceria com o Ministério da Saúde, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), promoveu a seleção de tutores e orientadores para a formação em Saúde Mental do Projeto Caminhos do Cuidado, cujo objetivo é a formação em saúde mental – com ênfase em crack, álcool e outras drogas – dos agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem da Atenção Básica e equipes de Saúde da Família. A formação dos 11 tutores selecionados iniciou em Manaus, em 3/2, e terminou no dia 7/2, com 40 horas. Já os orientadores de aprendizagem participaram da Oficina de Formação Pedagógica, com 24 horas de aula, em Belo Horizonte (MG), entre os dias 3 e 5/2.

A meta do projeto, que tem como protagonistas as ETSUS, é formar, até o fim de 2014, 868 profissionais de saúde em Roraima. Para isso, o estado será dividido em cinco áreas territoriais. A primeira engloba os municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz. O território dois abarca Amajari e Pacaraima. A terceira e quarta áreas são Uiramutã e Rorainópolis. E o quinto território, com oito municípios, abrange Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracarái, Iracema, Mucajaí e Normandia. Até o segundo semestre de 2014, está prevista a conclusão de 12 turmas da formação.

IDM promove acolhimento dos alunos de cursos técnicos do Pronatec

No dia 3 de fevereiro, o Instituto Dom Moacyr (IDM), unidade que abriga a Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre), realizou diferentes atividades de acolhimento para os alunos dos cursos técnicos de nível médio de Rio Branco, ofertados pelo governo do estado, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). As atividades aconteceram no Centro de Formação Profissional e Tecnológica Campos Pereira e na sede da ETSUS.

Os cursos técnicos, realizados concomitantemente ao Ensino Médio, compreendem as áreas de Design de Móveis, Publicidade, Contabilidade, Rede de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática. Além deles, há as formações em Saúde, com destaque para as áreas de Enfermagem, Análises Clínicas, Radiologia, Imobilizações Ortopédicas, Gerência em Serviços de Saúde, Saúde Bucal e Nutrição e Dietética, totalizando 270 alunos em Rio Branco.

ESP-CE conclui turma do Técnico em Enfermagem da Rede e-Tec Brasil

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), por meio de sua Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps), esteve presente, em 5/2, no município de Horizonte, à solenidade de conclusão do curso Técnico em Enfermagem da Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação (MEC). O evento aconteceu no Centro Cultural Tasso Jereissati, com as presenças da vice-prefeita, Vânia Maria Dutra, da secretária de Educação do município, Dione Soares, da coordenadora de polo, Jacinta Batista, das preceptoras Ieda da Silva e Luana Nicodemos, da assessora-técnica da Dieps, Wilma Lins, e dos familiares dos alunos. Foi um momento significativo para os 13 formandos, permeado de emoção e agradecimento, onde reafirmaram o compromisso de servirem à população daquele município.

Lançado em 2007, o sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. A exemplo da ESP-CE, os cursos são ministrados por instituições públicas.



Arquivo ESP-CE

EMS forma novos técnicos em vigilância em saúde

No dia 29 de abril, a Escola Municipal de Saúde (EMS) de São Paulo promoveu a formatura das primeiras turmas do curso Técnico em Vigilância em Saúde, iniciado em novembro de 2011, nas escolas municipais regionalizadas e na própria sede da EMS. Ao longo da trajetória, os alunos contaram com docentes fixos e diversos convidados especiais. A aluna Sueli Santiago, agente de apoio de zoonoses da Supervisão de Vigilância em Saúde da Penha, observou que o curso provocou uma mudança de olhar sobre o território. Para a docente Sandra Justina, que sempre trabalhou em unidades básicas de saúde, a experiência foi enriquecedora. “Eu aprendi muito com a prática do agente de zoonoses”, revelou.

Cefor Araraquara inicia atualização em Hemoterapia

O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS (Cefor) de Araraquara (SP) iniciou, em 7/2, a segunda turma do curso de Atualização em Hemoterapia. Com 136 horas, a formação conta com a participação de alunos dos municípios de Ribeirão Preto, Pontal e Taquaritinga. Segundo Isabel Gorla, coordenadora pedagógica da escola, estão previstas mais duas turmas do curso para o segundo semestre de 2014.

Entre julho e dezembro de 2013, o Cefor Araraquara realizou a primeira turma desta formação, com 22 profissionais que atuam em agências transfusionais, de bancos de sangue e medula óssea, em atenção à demanda locorregional em hemoterapia da região de Ribeirão Preto. “Esta primeira turma, considerada piloto, fomentou o interesse de gestores e dos profissionais, desencadeando na segunda turma, que iniciou em fevereiro com 24 alunos”, contou Isabel.

O Cefor de Araraquara, a partir da demanda espontânea apresentada por profissionais de nível médio, executa, ainda, na região de São José do Rio Preto, uma turma do curso Técnico em Hemoterapia, com 1.440 horas de aula, sendo 1.200 horas teóricas e 240 horas de estágio supervisionado. A formação iniciou em novembro de 2013, com 22 alunos, e tem previsão de término em julho de 2015.

Escola de Alagoas capacita docentes e coordenadores pedagógicos

A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora, em Alagoas, realizou, de 17 a 19/2, a oficina Capacitação Docente para Construção de Material Didático. O objetivo do encontro, que reuniu 15 profissionais, entre coordenadores e professores da escola, foi aprimorar a discussão em grupo para facilitar o aprendizado de forma participativa. O encontro abordou os temas dos objetivos do ensino técnico, do currículo integrado, das competências, habilidades e conteúdos adequados à realidade local e da importância da gestão participativa na relação professor-aluno. “É importante uma discussão em grupo, porque, como facilitador, o professor auxilia no aprimoramento profissional de seus alunos”, destacou o coordenador da oficina, Adailton Isnal, lembrando que as experiências vividas pelos alunos e apresentadas em sala de aula são os aportes necessários para o crescimento profissional, uma vez que esse conhecimento não é encontrado em livros.

Ao fim da capacitação, os participantes desenvolveram mapas conceituais sobre os temas abordados, possibilitando uma visão geral das formações e auxiliando nos processos de planejamento curricular e pedagógico.

Obesidade no Brasil para de crescer em oito anos

Levantamento anunciado pelo Ministério da Saúde, em abril deste ano, revela que, pela primeira vez em oito anos consecutivos, o percentual de excesso de peso e de obesidade manteve-se estável no país. A constatação é da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) de 2013, que entrevistou, aproximadamente, 53 mil adultos em todas as capitais e no Distrito Federal. O estudo aponta um percentual de 50,8% de brasileiros acima do peso ideal — destes, 17,5% são obesos —, revelando que a média de crescimento estabilizou em 1,3 % ao ano desde a primeira edição, realizada em 2006, quando o proporção de pessoas acima do peso era de 42,6% e de obesos era de 11,8%.

De acordo com a Vigitel 2013, a proporção de obesos entre homens e mulheres é de 17,5%. No entanto, em relação ao excesso de peso, os homens acumulam percentuais mais expressivos: 54,7% contra 47,4% das mulheres. A pesquisa indica, também, que a escolaridade é um forte fator de proteção entre o público feminino, uma vez que o percentual de excesso de peso entre as mulheres com até oito anos de estudo é de 58,3% e com escolaridade de, no mínimo, 12 anos, esse percentual cai para 36,6%. A prevalência de obesidade reduz pela metade entre esses dois grupos de mulheres, atingindo 24,4% e 11,8%, respectivamente.

A pesquisa aponta, ainda, um aumento de 11% em cinco anos no percentual da atividade física no lazer, passando de 30,3%, em 2009, para 33,8% em 2013. Os homens são os mais ativos: 41,2% praticam exercícios em seu tempo livre, enquanto, em 2009, eram 39,7%. Entretanto, o aumento da prática de exercícios entre as mulheres foi maior, passando de 22,2% para 27,4%.

Em oito anos da Vigitel, o consumo recomendado de frutas e hortaliças registrou aumento de 18%. Atualmente, 19,3% dos homens e 27,3% das mulheres comem cinco porções por dia de frutas e hortaliças, quantidade indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2006, os índices eram de 15,8% e 23,7%, respectivamente.

Norte

Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(68) 3227-2716 / 3226-7330
escoladesaude.educacao@ac.gov.br
www.idep.ac.gov.br

Amapá

Centro de Educação Profissional
Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175
grazielareis2010@bol.com.br

Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira
Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3878-7620
etsus_saavedra@yahoo.com.br
www.cetam.am.gov.br

Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 / 9301
etsuspa@gmail.com
www.sespa.pa.gov.br/etsus

Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional
na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307
cetas.ro@gmail.com
www.cetas.ro.gov.br

Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3623-6891
etsus_rr@hotmail.com
www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

Tocantins

Superintendência da Escola Tocantinense do
Sistema Único de Saúde – SETSUS/TO
(63) 3218-6280 / 6277 / 6281 / 1717
etsus@saude.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br

Nordeste

Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403
etsal@etsal.com.br
www.etsal.com.br

Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde
Prof. Jorge Novis
(71) 3356-0138 / 0129 / 3357-2496
sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

Ceará

Escola de Saúde Pública do Ceará
(85) 3101-1401 / 1403
esp@esp.ce.gov.br
www.esp.ce.gov.br

Maranhão

Escola Técnica do SUS
Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220
etsusma@hotmail.com

Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7764 / 7765
diretorcefor@saude.pb.gov.br

Pernambuco

Escola de Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3181-6090
esppe2009@gmail.com
www.saude.pe.gov.br

Piauí

Centro Estadual de Educação Profissional em
Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez
(86) 3216-6406 / 2668
etsus.piceeps@ymail.com

Rio Grande do Norte

Centro de Formação de Pessoal para os
Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza
(84) 3232-7634 / 0823
cefope@rn.gov.br
www.cefope.rn.gov.br

Sergipe

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005
etsus@funesa.se.gov.br
www.ses.se.gov.br

Centro-Oeste

Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3325-4944 / 3327-3914
etesb.fepecs@saude.df.gov.br ou
etesb.fepecs@yahoo.com.br
www.etesb.fepecs.edu.br

Goias

Centro de Educação Profissional de Saúde da
Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás
Cândido Santiago
(62) 3201-3425
cepsaudeses@gmail.com
www.saude.go.gov.br

Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado
do Mato Grosso
(65) 3613- 2324
dgesp@ses.mt.gov.br
www.saude.mt.gov.br/portal/escola

Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS
Profª Ena de Araújo Galvão
(67) 3345- 8055 / 8056
etsus@saude.ms.gov.br

Sudeste

Espírito Santo

Núcleo de Educação e Formação
em Saúde da SES
(27) 3636-8249 / 8256 / 8257 / 8232 (fax)
nefs.dir@saude.es.gov.br

Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado
de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 3829
diretoria@esp.mg.gov.br ou
diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica
/ Escola Técnica de Saúde - Unimontes
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592
ets@unimontes.br
www.unimontes.br

Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde
Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2333-9627 / 9626 / 2218-1025
etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797
epsjv@fiocruz.br
www.epsjv.fiocruz.br

São Paulo

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de São Paulo
(11) 5080-7458 / 7459 / Fax: 5080-7462
ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

Centro de Formação de Recursos Humanos
para o SUS de Araraquara
(16) 3335-7545
cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para
a Saúde de Assis
(18) 3302-2226 / 2216
drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de Franco da Rocha
(11) 4811-9392
chj-cefor@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área
da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / 3699-1916
cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível
Médio para a Saúde - CEFORH
(13) 3856-2362 / 9716
ceforh@consaude.org.br ou
ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Municipal de Saúde – EMS / CGP / SMS
(11) 3846-4569 / 1134
emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/
saude/ems

Sul

Paraná

Centro Formador de RH Caetano
Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293
cenforpr@sesa.pr.gov.br
www.saude.pr.gov.br

Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional
em Saúde do Estado d Rio Grande do Sul
(51) 3901-1508 / 1494 / 1475
etsus@saude.rs.gov.br

Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde (EFOS)
(48) 3665-5540
direcaoefos@saude.sc.gov.br
http://efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de
Saúde Blumenau
(47) 3322-4271 / fax: 3326-7422
etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

A Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) é composta por 36 Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS presentes em todos os estados do Brasil. Trata-se de uma rede governamental criada pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil, que tem como proposta o incentivo à articulação, à troca de experiências e a promoção de debates coletivos e da construção de conhecimento na área da educação profissional em saúde, visando o fortalecimento da formação de nível médio para a Saúde.

revista online:

www.retsus.fiocruz.br

receba o boletim:

www.retsus.fiocruz.br/boletim

twitter:

www.twitter.com/RET_SUS

Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse www.retsus.fiocruz.br/index.php?Area=Boletim

